

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Pilar 3

4T17



BANCO DO BRASIL

Sumário

O Banco do Brasil.....	9
1. Introdução	10
1.1. Objetivo.....	10
1.2. Principais Indicadores Regulatórios	11
2. Gerenciamento de Riscos e de Capital.....	12
2.1. Governança Interna para Riscos e Capital.....	12
2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital	12
2.3. Definições Estratégicas.....	16
2.3.1. Riscos Relevantes.....	16
2.3.2. Apetite e Tolerância a Riscos	17
2.3.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital	17
2.4. Processos de Comunicação e Informação.....	18
2.5. Processos de Gestão dos Riscos	18
3. Conglomerado Prudencial.....	20
3.1. Balanços Patrimoniais.....	20
3.2. Composição do Conglomerado Prudencial	24
3.3. Composição do Consolidado Divulgado.....	25
4. Capital	27
4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)	27
4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR).....	31
4.3. Índices de Adequação de Capital.....	32
4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR	33
4.5. Razão de Alavancagem	34
5. Participações Societárias	36
5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)	38
6. Gestão de Riscos.....	39
6.1. Risco de Crédito.....	39
6.1.1. Política Específica de Crédito.....	39
6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito	39
6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito	40
6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito.....	40
6.1.5. Instrumentos Mitigadores	41
6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito.....	42
6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte	51
6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	53
6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização	54
6.2. Risco de Mercado	55
6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado.....	55
6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado.....	55
6.2.3. Políticas de <i>Hedge</i>	56
6.2.4. Derivativos	56
6.2.5. Carteira de Negociação	59

6.2.6.	Carteira de Não Negociação.....	60
6.2.7.	Mensuração do Risco de Mercado	61
6.3.	Risco de Liquidez.....	63
6.3.1.	Política Específica do Risco de Liquidez	63
6.3.2.	Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez	63
6.3.3.	Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).....	65
6.3.4.	Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez	68
6.4.	Risco Operacional.....	69
6.4.1.	Política Específica do Risco Operacional	69
6.4.2.	Processos de Gestão do Risco Operacional	70
6.5.	Risco Socioambiental.....	70
6.5.1.	Política Específica de Responsabilidade Socioambiental.....	70
6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental.....	71
6.6.	Outros Riscos.....	71
6.6.1.	Risco de Estratégia.....	71
6.6.2.	Risco de Reputação	72
6.6.3.	Risco de EFPPS.....	73
6.6.4.	Risco Legal.....	73
6.6.5.	Risco de Modelo.....	73
6.6.5.1.	Política Específica do Risco de Modelo.....	73
6.6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo.....	73
6.6.6.	Risco de Contágio	74
6.6.7.	Risco de Conformidade (<i>Compliance</i>).....	74
7.	Programa de Testes de Estresse.....	75

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.....	21
Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial	24
Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado.....	25
Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	28
Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência.....	28
Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas	29
Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência.....	30
Tabela 8 - Ajustes Prudenciais.....	31
Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA	32
Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido.....	32
Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR	33
Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem	35
Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem.....	35
Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação	37
Tabela 15 - Cobertura de Garantias	41
Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respectivo Fator de Risco	42
Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito	42
Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito.....	43
Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas	43
Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas	44
Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico	45
Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T17	45
Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T17	46
Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T17	46
Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T17.....	47
Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T17.....	47
Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T17.....	47
Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas	48
Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T17.....	49
Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T17.....	49
Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T17.....	50
Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico.....	50
Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações	51
Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR	51
Tabela 35 - Valor nocional de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.....	52
Tabela 36 - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central.....	52
Tabela 37 - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte	52
Tabela 38 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13	53
Tabela 39 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13	53
Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios	53

Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação	54
Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	54
Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	54
Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI.....	55
Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T17.....	57
Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17.....	57
Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17.....	58
Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17.....	58
Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16.....	59
Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas	60
Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrência de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia <i>Economic Value of Equity</i>	61
Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR.....	66
Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	67
Tabela 54 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda	70

Índice de Figuras

Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório	11
Figura 2 - Estrutura de governança corporativa	12
Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital.....	13
Figura 4 - Processo de gestão de riscos	19
Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional.....	64
Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira	64
Figura 7 - Indicador DRL	65

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.....	14
Quadro 2- Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil	16
Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital	34

Glossário de Siglas

ACP	Adicional de Capital Principal
Audit	Auditoria Interna
Bacen	Banco Central do Brasil
CA	Conselho de Administração
CD	Conselho Diretor
CF	Conselho Fiscal
CMN	Conselho Monetário Nacional
Coaud	Comitê de Auditoria
Corem	Comitê de Remuneração e Elegibilidade
Coris	Comitê de Riscos e de Capital
Coger	Diretoria Contadoria
CEGAPC	Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
CEGRC	Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos
CSGRC	Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital
Dicoi	Diretoria de Controles Internos
Dicre	Diretoria de Crédito
Difin	Diretoria Finanças
Dirco	Diretoria de Controladoria
Direo	Diretoria Estratégia e Organização
Diris	Diretoria de Gestão de Riscos
Disin	Diretoria Segurança Institucional
DRL	Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres
ECBB	Estratégia Corporativa Banco do Brasil
ELBB	Entidades Ligadas ao Banco do Brasil
EMLI	Exigência Máxima de Liquidez Intradia
FPR	Fator de Ponderação de Risco
HIBP	Horizonte temporal mínimo de adequação do IBP
HICN1	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICN1
HICP	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICP
IB	Índice de Basileia
IBP	Índice de Basileia mínimo prudencial (IB mínimo definido gerencialmente)
Icaap	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
ICN1	Índice de Capital Nível 1
ICP	Índice de Capital Principal
Icred90	Índice de créditos inadimplidos a partir de 90 dias
IDS	Instrumento de Dívida Subordinada
IHCD	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Iprov	Índice de provisionamento (saldo de PCLD sobre o saldo da carteira)
LCR	Liquidez de Curto Prazo
MCC	Medidas de Contingência de Capital
MCL	Medidas de Contingência de Liquidez
PR	Patrimônio de Referência
PRMR	Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para cobertura dos riscos de Pilar I
Redex	Rede Externa
RL	Reserva de Liquidez
RSPL	Retorno sobre Patrimônio Líquido
RWA	<i>Risk-Weighted Assets</i> (Ativos Ponderados pelo Risco)
RWAACS	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de ações
RWACAM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de câmbio
RWACIRB	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem baseada em modelos internos
RWACOM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de <i>commodities</i>
RWACPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem padronizada
RWAJUR	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de taxa de juros
RWAMINT	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado por modelos internos
RWAMPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado pela abordagem padronizada
RWAOPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco operacional apurado pela abordagem padronizada
Vicri	Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos

O Banco do Brasil

Com mais de 200 anos de atuação, o Banco do Brasil é uma empresa de economia mista controlada pela União e listada no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão)¹, segmento que reúne as companhias com as melhores práticas de governança corporativa.

O Banco do Brasil também foi certificado como Destaque em Governança de Estatais, pela B3, programa voltado a estatais abertas ou em processo de abertura de capital, criado com o objetivo de incentivá-las a aprimorar suas práticas e estruturas de governança corporativa.

Em novembro de 2017, o BB foi certificado com o Selo de Governança Nível I, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Indicador de Governança SEST (IG-SEST) tem por objetivo acompanhar a qualidade da governança das empresas estatais federais para cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu respectivo Decreto Regulamentador, bem como de diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, o BB apoia o agronegócio, a infraestrutura, as empresas e o comércio exterior, atuando de forma inovadora e sustentável, pautado pela ética.

Nosso Propósito: *Cuidar do que é valioso para as pessoas..”*

Nossa Visão: *“Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável.”*

Nossos Valores: *“Ética, Foco no cliente, Inovação, Eficiência, Confiabilidade, Protagonismo e Espírito público.”*

¹ Empresa formada a partir da fusão da BMF&Bovespa com a Cetip.

1. Introdução

A gestão de riscos e a gestão de capital constituem-se em instrumentos fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo. O Banco do Brasil (BB) considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital no processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco *versus* retorno em suas operações.

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados, o surgimento de novas transações e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as atividades financeiras e seus riscos cada vez mais complexos.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Adicionalmente, as lições originadas de desastres financeiros reforçam a importância da gestão de riscos e da gestão de capital na indústria bancária.

Esses fatores influenciam os órgãos reguladores e as instituições financeiras para que invistam na gestão dos riscos, visando o fortalecimento de sua saúde financeira.

Alinhado a essa perspectiva, o BB investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de riscos e de gestão de capital, em consonância com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

O BB busca manter-se continuamente alinhado às boas práticas de gestão de riscos com abrangência multidimensional, cujas especificidades estão descritas neste relatório.

1.1. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e à mensuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Circular Bacen nº 3.678 de 31.10.2013. Também está alinhado às diretrizes do Pilar 3 de Basileia 2. Este relatório inclui informações sobre estruturas, processos e políticas de gestão de riscos e de gestão de capital do BB.

As informações constantes deste relatório, exceto quando indicado o contrário, consideram o escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial².

² Detalhes relacionados ao Conglomerado Prudencial constam do capítulo 3.

1.2. Principais Indicadores Regulatórios

A seguir, são apresentados os principais indicadores de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial BB, considerando a posição dos últimos 3 trimestres:

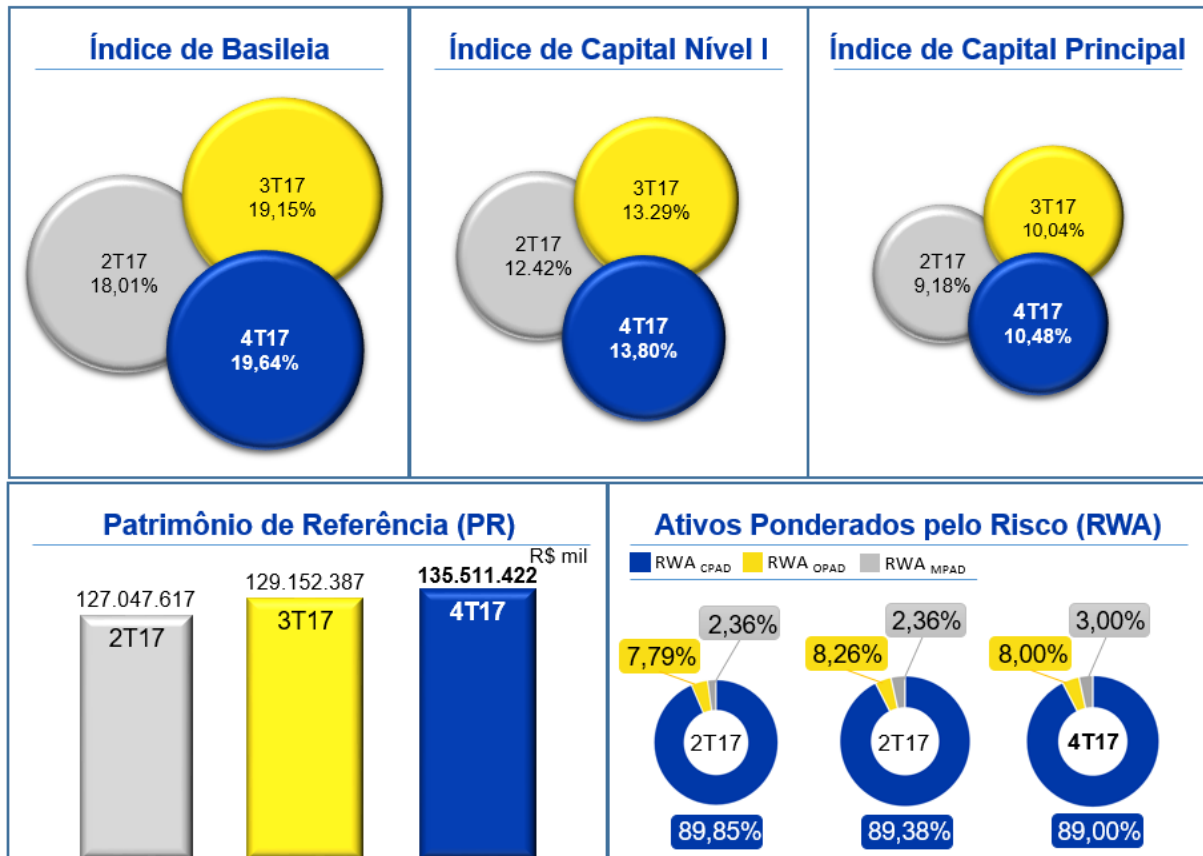


Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório

2. Gerenciamento de Riscos e de Capital

2.1. Governança Interna para Riscos e Capital

Compõem a estrutura de governança corporativa do BB:

- a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris);
- a Diretoria Executiva (Direx), composta pelo Conselho Diretor (CD) e pelos Diretores Estatutários;
- o Conselho Fiscal (CF); e.
- a Auditoria Interna (Audit).

A figura a seguir representa a atual estrutura de governança corporativa do Banco:

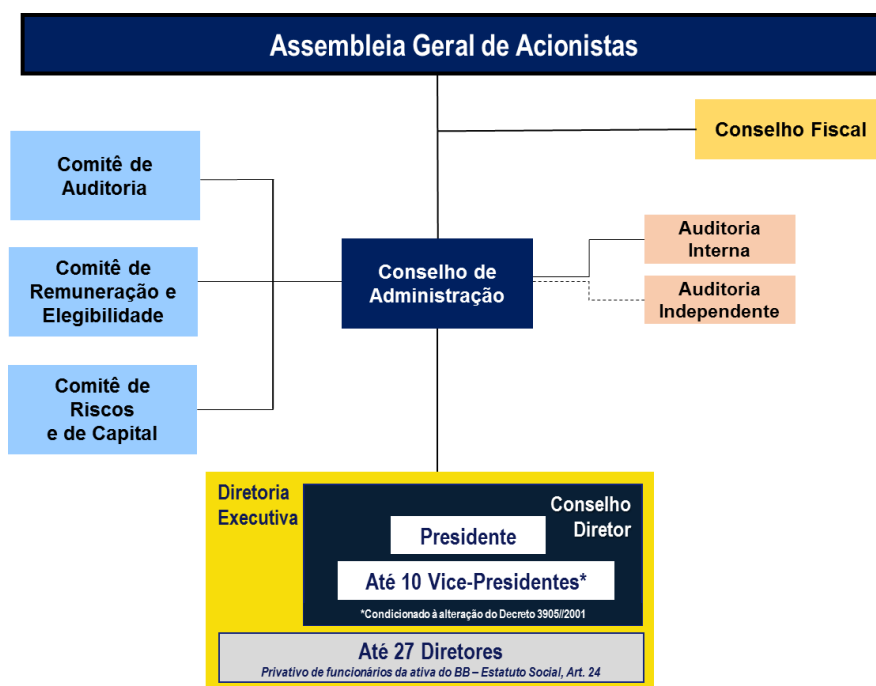


Figura 2 - Estrutura de governança corporativa

As decisões, em qualquer nível da Empresa, são tomadas de forma colegiada, ressalvadas as situações em que a estrutura organizacional mínima não o permita. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e na apreciação de propostas para os diferentes negócios do BB, a Administração utiliza comitês de nível estratégico, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

2.2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Conselho de Administração, na forma do disposto no art. 56, §1º, da Resolução CMN 4.557/17, e conforme competências constantes de seu Regimento Interno, é responsável pelas informações referentes à estrutura de gerenciamento de risco e de capital do Banco do Brasil, disponibilizadas neste relatório.

A definição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banco do Brasil e sua descrição em relatório de acesso público são atribuições do Conselho de Administração.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos normatizadas na Resolução CMN 4.557, o CA indicou o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o responsável pelo gerenciamento de risco (CRO – *Chief Risk Officer*) do Conglomerado.

No que se refere ao gerenciamento de capital, o CA indicou o Diretor de Controladoria.

O modelo de governança definido para gerenciamento de riscos e de capital adotado pelo BB envolve estrutura de Comitês Superiores e Executivos, com composição de diversas áreas do Banco, tendo participação do Presidente, dos Vice-Presidentes e de Executivos chave do Banco, conforme o caso, contemplando os seguintes aspectos:

- a) segregação de funções: negócio x risco;
- b) estrutura específica de gestão de riscos;
- c) processo de gestão definido;
- d) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas; e
- f) referência às melhores práticas de gestão.

A figura a seguir representa a estrutura de governança definida para gestão de riscos e de capital do Banco:

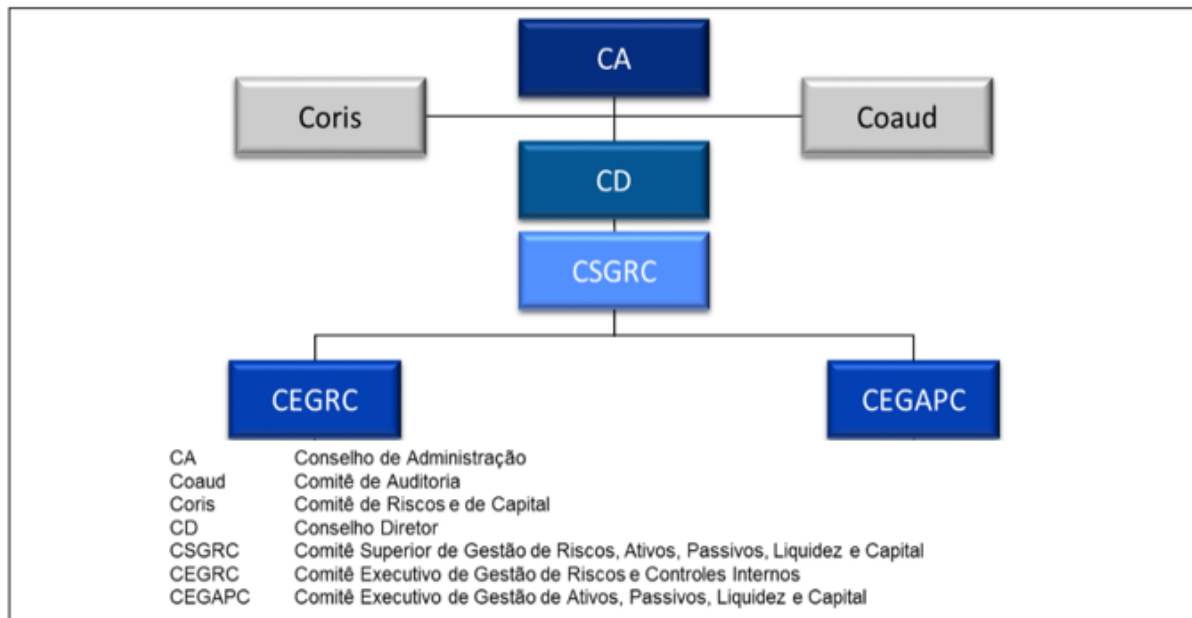


Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital

Os Comitês envolvidos na gestão de riscos e de capital do BB, bem como suas principais finalidades estão descritos no quadro a seguir.

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração	Principais Finalidades
Comitê de Auditoria (Coaud)	<ul style="list-style-type: none"> avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno; avaliar e monitorar as exposições de risco do Banco do Brasil; avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno.
Comitê de Riscos e de Capital (Coris)	<ul style="list-style-type: none"> assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital; supervisionar a observância, pela Diretoria Executiva do Banco, dos termos da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos; supervisionar o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital; avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas relacionadas à gestão de riscos e de capital.

Quadro 2- Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Comitês Estratégicos	Principais Finalidades
Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CSGRC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar estratégias para gerenciamento dos ativos, passivos e liquidez, dos riscos, dos controles internos e do capital.
Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos - CEGRC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar metodologias para gestão dos riscos e ações de mitigação dos riscos; manifestar-se sobre metodologias de identificação e classificação de deficiências no sistema de controles internos e medidas de correção; instrumentalizar o CSGRC em seus atribuições.
Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital - CEGAPC	<ul style="list-style-type: none"> aprovar diretrizes para a gestão de <i>funding</i> e exigibilidades e modelos, critérios e parâmetros aplicados ao gerenciamento de capital; aprovar os cenários a serem utilizados no processo de gerenciamento de capital; instrumentalizar o CSGRC em seus atribuições.

Quadro 3 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Fóruns	Principais Finalidades
Fórum de Capital	<ul style="list-style-type: none"> assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Plano de Capital.
Fórum de Cenários	<ul style="list-style-type: none"> analisar os cenários corporativos e sua integração com a estratégia, o orçamento e os riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado; promover a unicidade e a sinergia na aplicação dos cenários macroeconômicos, inclusive em relação aos testes de estresse; assessorar o Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC) nas deliberações que demandam análise das premissas e variáveis constantes dos cenários macroeconômicos.
Fórum PCLD	<ul style="list-style-type: none"> identificar incorreções na classificação de risco das operações; propor ações proativas que possam evitar variações indevidas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e corrigir inconsistências na classificação de risco das operações; identificar origem, evolução e tendência da PCLD e da utilização de provisão (perdas); acompanhar indicadores relacionados à inadimplência das carteiras de crédito PF e PJ;
Fórum de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> promover a avaliação da situação da Liquidez e recomendação de adoção de Medidas Prudenciais de Risco de Liquidez (MPRL), quando necessário.
Fórum Técnico de Avaliação, Monitoramento e Validação de Modelos Aplicados à Gestão de Riscos (FTMGR)	<ul style="list-style-type: none"> analisar as propostas de definição ou de alteração de modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos; assessorar as deliberações do Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC) com relação aos modelos, metodologias, técnicas, indicadores, métricas, critérios e parâmetros aplicados à gestão de riscos.

Fórum de Controles Internos e Gestão de Riscos nas ELBB e Rede Externa	<ul style="list-style-type: none"> • promover discussões sobre modelos e metodologias de controles internos e de gestão de riscos, sobre riscos relevantes identificados e sobre controles internos implementados, nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) e na Rede Externa; • integrar as ações desenvolvidas pelas áreas de controles internos e de gestão de riscos no que se refere às ELBB e Rede Externa.
--	--

A gestão do capital do Banco do Brasil consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes da empresa e suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador, ou aqueles definidos internamente pela Instituição, e considerados no planejamento estratégico e orçamento, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

O processo de gerenciamento de capital é realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança da Instituição, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seu comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e o Fórum de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco é composta por Comitês Estratégicos (CSGRC e CEGAPC), Unidades Estratégicas (Diretoria Controladoria - Dirco, Diretoria Gestão de Riscos - Diris, Diretoria Finanças - Difin e Contadoria - Coger) e pelo Fórum de Capital. O Conselho de Administração (CA) do BB indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

As áreas definidas na estrutura de gerenciamento de capital respondem em conjunto ou individualmente pela:

- a) identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- b) avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- c) projeção dos indicadores de risco e de capital;
- d) apuração do patrimônio de referência (PR);
- e) elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- f) avaliação de fontes de capital e recomposição de capital;
- g) Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap);
- h) testes de estresse;
- i) reportes gerenciais; e
- j) Política Específica de Gerenciamento de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do BB permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a Instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Com isso, o BB adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) responde pela avaliação e certificação de controles, validação dos modelos de gestão de riscos, avaliação do sistema de controles internos, e a gestão do Risco de Conformidade. A Auditoria Interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

2.3. Definições Estratégicas

2.3.1. Riscos Relevantes

O BB possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

O inventário de riscos e o conjunto corporativo de riscos relevantes do BB são revisados anualmente, considerando os riscos incorridos nos diversos segmentos de negócios explorados pelo BB ou por suas subsidiárias que podem afetar o Capital do Conglomerado Prudencial.

A classificação dos riscos relevantes é baseada em critérios quantitativos e qualitativos.

Os riscos relacionados no próximo quadro compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil:

Quadro 4 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil

Risco	Conceito
Crédito	Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Concentração de Crédito	Possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.
Crédito da Contraparte	Possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
Mercado	Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.
Taxa de Juros do <i>Banking Book</i>	Possibilidade de perda decorrente das exposições sujeitas à variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.
Liquidez	Possibilidade de perda decorrente de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Operacional	Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal.
Legal	Possibilidade de perda decorrente da inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
Socioambiental	Possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades do Banco do Brasil.
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
Reputação	Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
EFPPS	Possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.
Modelo	Possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção.
Contágio	Possibilidade de impacto negativo no capital, na liquidez ou na reputação do Conglomerado Prudencial, decorrente de eventos adversos nas Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) relevantes que não fazem parte do Conglomerado Prudencial.
Conformidade	Possibilidade de perdas financeiras ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

2.3.2. **Apetite e Tolerância a Riscos**

Os indicadores de apetite e tolerância a riscos do Banco do Brasil e respectivos limites consideram, na sua definição, a exposição aos riscos, as estratégias negociais e as projeções de necessidade de capital que subsidiam o Plano de Capital.

A definição do apetite a risco considera a capacidade para assunção de riscos, a tolerância a riscos e o perfil de risco da Instituição.

A Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos abrange os indicadores de adequação de capital: Índice de Capital Principal (ICP), Índice de Capital Nível I (ICN1) e Índice de Basileia (IB), entre outros, e está disponível para acesso por todas as unidades estratégicas.

2.3.3. **Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

As políticas específicas voltadas para o Gerenciamento de Riscos e de Capital são aprovadas pelo CA e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de Gerenciamento dos Riscos e do Capital.

Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco e encontram-se disponíveis para consulta de todos os funcionários do Banco. Seu conteúdo passa por revisões, no mínimo, anuais.

As Políticas Específicas de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Banco do Brasil estão relacionadas abaixo:

- a) Política Específica de Gerenciamento de Capital;
- b) Política Específica de Crédito;
- c) Política Específica de Riscos de Mercado;
- d) Política Específica de Risco de Liquidez;
- e) Política Específica de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos;
- f) Política Específica de Risco de Estratégia;
- g) Política Específica de Risco de Reputação;
- h) Política Específica de Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúdes a funcionários (EFPPS);
- i) Política Específica de Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação;
- j) Política Específica do Risco de Modelo,
- k) Políticas Específicas associadas ao Gerenciamento do Risco Operacional do Banco do Brasil:
 - i. Política Específica de Risco Operacional;
 - ii. Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção;
 - iii. Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios;
 - iv. Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores;
 - v. Política Específica de Segurança da Informação;

- vi. Política Específica de Risco Legal;
- l) Política Específica de Responsabilidade Socioambiental; e
- m) Política Específica de Divulgação das Informações de Gestão de Riscos e de Capital.

2.4. Processos de Comunicação e Informação

Os relatórios de gerenciamento de riscos e de capital proporcionam suporte ao processo de tomada de decisões sobre riscos e capital e são apresentados aos:

- a) Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC);
- b) Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC);
- c) Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC);
- d) Conselho Diretor (CD);
- e) Comitê de Riscos e de Capital;
- f) Comitê de Auditoria; e
- g) Conselho de Administração (CA).

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais (qualitativas e quantitativas), tais como o acompanhamento da exposição aos riscos e do planejamento financeiro; o consumo de limites globais e específicos; ações de mitigação; e projeções de indicadores de capital e da necessidade ou não de recomposição de capital. Dentre os relatórios internos destacam-se:

- a) Painel de Riscos; e
- b) Reporte Gerencial de Adequação de Capital.

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do Banco na internet. São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Relatório de Análise de Desempenho;
- b) Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3;
- c) Formulário de Referência;
- d) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
- e) Relatório Anual.

2.5. Processos de Gestão dos Riscos

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, conforme demonstrado na figura a seguir:



Figura 4 - Processo de gestão de riscos

Ressalte-se que o BB possui ferramenta corporativa de Controle e Avaliação de Riscos de Produtos, Serviços e Canais de Autoatendimento (Carps), a qual é gerida pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo), de uso obrigatório pelas unidades estratégicas e rede externa, com exceção das subsidiárias, quando da criação ou revitalização:

- de produto ou serviço;
- de modalidade de produto ou serviço; e
- de canais de autoatendimento.

A utilização da ferramenta objetiva:

- fornecer informações aos tomadores de decisão, agregando segurança aos produtos, serviços e canais de autoatendimento a serem lançados no mercado, mediante participação das áreas intervenientes;
- identificar e avaliar os diversos tipos de riscos definidos pelo Banco para a criação e revitalização de produto/serviço/canais de autoatendimento;
- buscar soluções de controles e conformidade que minimizem os riscos; e
- promover a sinergia entre os gestores e intervenientes de produtos/serviços/canais de autoatendimento, de forma a propiciar eficiência operacional.

Na aprovação de novos produtos, adota-se, para a ferramenta corporativa Carps, o princípio de que o gestor deve avaliar os riscos e implementar controles, com o auxílio das áreas envolvidas no processo.

3. Conglomerado Prudencial

A Resolução CMN nº 4.192 de 01.03.2013, em seu artigo 3º, inciso II, dispõe que o cálculo da apuração do Patrimônio de Referência (PR) deve ser realizado em bases consolidadas para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

Em 31.10.2013, foi publicada a Resolução CMN nº 4.280, alterada pela Resolução CMN nº 4.517 de 24.08.2016, que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, as quais devem incluir dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a Instituição detenha controle direto ou indireto:

- a) instituições financeiras;
- b) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- c) administradoras de consórcio;
- d) instituições de pagamento;
- e) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de “a” a “e”.

Além das entidades elencadas acima, a Resolução CMN nº 4.280/13 determina que devem ser consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

As participações societárias em que haja controle compartilhado passaram a ser avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial a partir de janeiro de 2017, conforme determina a Resolução CMN nº 4.517/16.

3.1. Balanços Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta a composição do Balanço Patrimonial Prudencial em comparação ao Balanço Patrimonial divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como a referência de seus valores no “Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência”.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.

R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T17	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
A T I V O			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.332.967.104	1.337.369.406
Disponibilidades		13.480.555	13.480.903
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		373.002.956	373.023.328
Aplicações no mercado aberto		348.186.760	348.186.760
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.816.196	24.836.568
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		134.497.855	138.922.570
Carteira Própria		94.143.359	105.383.415
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen	(s)	44.341	--
Demais		94.099.018	--
Vinculados a compromissos de recompra		38.088.250	31.272.909
Vinculados à prestação de garantias		1.611.328	1.611.328
Instrumentos financeiros derivativos		654.918	654.918
Relações Interfinanceiras		75.167.431	75.167.431
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4.069	4.069
Créditos vinculados		71.892.467	71.892.467
Depósitos no Banco Central		69.081.139	69.081.139
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		16.439	16.439
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.794.889	2.794.889
Repasse interfinanceiros		650.962	650.962
Correspondentes		2.619.933	2.619.933
Relações Interdependências		404.870	404.870
Operações de Crédito		544.320.854	544.289.767
Setor público		51.569.039	75.270.141
Setor privado		527.699.788	503.967.599
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para operações de crédito)		496.056 (35.444.029)	496.056 (35.444.029)
Operações de Arrendamento Mercantil		224.201	378.054
Setor privado		244.704	398.557
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(20.503)	(20.503)
Outros Créditos		191.354.006	191.161.810
Créditos por avais e fianças honrados		601.739	601.739
Carteira de câmbio		19.057.714	19.057.714
Rendas a receber		3.858.241	2.948.531
Negociação e intermediação de valores		891.173	891.171
Créditos específicos		416.802	416.802
Diversos		169.479.864	170.213.816
Créditos Tributários		39.431.724	--
Decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL	(g)	1.078.031	--
Decorrentes de diferenças temporárias		38.353.693	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(k1)	5.076.331	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(m)	4.318.216	--
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR	(u)	4.274.924	--
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD		24.684.222	--
Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	(h1)	4.540.356	--
Demais		125.507.784	--
(Provisão para outros créditos)		(2.951.527)	(2.967.963)
Outros Valores e Bens		514.376	540.673
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		382.197	412.543
(Provisão para desvalorizações)		(153.125)	(157.586)
Despesas antecipadas		285.304	285.716

R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T17	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PERMANENTE		34.955.462	31.831.765
Investimentos		20.359.258	17.489.734
Participações em coligadas e controladas		20.142.293	17.262.707
No país		20.095.990	17.216.404
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e1)	304.245	--
Participações		19.791.745	--
Participações em seguridade e assemelhadas não consolidadas		10.740.101	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(j)	2.146.961	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(l1)	4.318.216	--
Que não são deduzidas do PR	(t)	4.274.924	--
Demais Participações		9.051.644	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen deduzidos do PR	(l2)	2.321.432	--
Demais		6.730.212	--
No exterior		46.303	46.303
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e2)	5.711	--
Demais		40.592	--
Outros investimentos		246.137	246.161
(Imparidade acumulada)		(29.172)	(19.134)
Imobilizado de Uso		7.323.267	7.415.302
Imóveis de uso		7.717.351	7.722.889
Outras imobilizações de uso		10.018.601	10.182.774
(Depreciação acumulada)		(10.412.685)	(10.490.361)
Imobilizado de Arrendamento ⁽¹⁾		349.357	--
Bens arrendados		452.255	--
(Depreciação acumulada)		(102.898)	--
Intangível		6.923.580	6.926.729
Ativos intangíveis		19.036.770	19.055.527
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e3)	4.961.028	--
Demais ativos intangíveis		14.075.742	--
Adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f1)	9.397.127	--
Adquiridos antes de Outubro de 2013	(f2) (n1)	4.678.615	--
(Amortização acumulada)		(12.113.190)	(12.128.798)
Amortização de ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e4)	(4.961.028)	--
Demais amortizações		(7.152.162)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f3)	(2.948.990)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos antes de Outubro de 2013	(f4) (n2)	(4.203.172)	--
TOTAL DO ATIVO		1.367.922.566	1.369.201.171

R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T17	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.271.325.235	1.270.048.396
Depósitos		450.234.148	450.229.362
Depósitos à vista		69.982.823	69.981.063
Depósitos de poupança		160.289.875	160.289.875
Depósitos interfinanceiros		24.152.759	24.152.759
Depósitos a prazo		195.631.849	195.628.823
Outros depósitos		176.842	176.842
Captações no Mercado Aberto		383.212.167	376.242.695
Carteira Própria		47.205.024	40.235.552
Carteira de terceiros		336.007.143	336.007.143
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		130.999.889	133.765.797
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		109.658.529	109.658.529
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		21.238.807	24.004.715
Certificados de operações estruturadas		102.553	102.553
Relações Interfinanceiras		1.149	1.149
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.149	1.149
Relações Interdependências		2.495.532	2.495.532
Recursos em trânsito de terceiros		2.495.532	2.495.532
Obrigações por Empréstimos		19.572.494	19.572.494
Empréstimos no exterior		19.572.494	19.572.494
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		80.884.739	80.884.739
Tesouro Nacional		145.264	145.264
BNDES		26.936.192	26.936.192
Caixa Econômica Federal		26.558.065	26.558.065
Finame		19.775.098	19.775.098
Outras instituições		7.470.120	7.470.120
Obrigações por Repasses do Exterior		477	477
Instrumentos Financeiros Derivativos		789.887	789.887
Outras Obrigações		203.134.753	206.066.264
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		493.167	493.167
Carteira de câmbio		9.740.027	9.740.027
Sociais e estatutárias		1.533.149	2.177.820
Fiscais e previdenciárias		11.683.028	12.375.968
Passivos fiscais diferidos associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido		(h2)	423.015
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias		(k2)	1.747.336
Demais			9.512.677
Negociação e intermediação de valores			1.265.138
Fundos financeiros e de desenvolvimento			16.794.750
Operações especiais			2.216
Dívidas subordinadas			55.681.826
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013 (FCO)			27.870.141
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013		(r) (w)	27.546.523
Demais dívidas subordinadas			265.162
Instrumentos híbridos de capital e dívida			5.607.779
Autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013		(p) (v)	4.796.600
Outros			811.179
Instrumentos de dívida elegíveis a capital			25.771.771
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		(o)	18.111.300
Instrumentos elegíveis ao Nível II			7.660.472
Instrumentos considerados no PR após a aplicação do redutor		(q)	4.558.860
Valor desconsiderado do PR devido a aplicação do redutor			3.101.612
Diversas			74.561.902
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS			429.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.167.958	98.723.402
Capital		(a1)	67.000.000
De domiciliados no país			52.954.778
De domiciliados no exterior			14.045.222
Instrumento Elegível ao Capital Principal		(a2)	8.100.000
Reservas de Capital		(c1)	12.436
Reservas de Reavaliação		(c2)	2.371
Reservas de Lucros		(b1)	35.280.691
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(c3)	(13.219.725)
(Ações em Tesouraria)		(i)	(1.850.043)
Participação dos Não Controladores		(d)	842.228
TOTAL DO PASSIVO			1.369.201.171

3.2. Composição do Conglomerado Prudencial

Na tabela a seguir, encontram-se relacionadas as instituições incluídas no escopo de consolidação do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial:

Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial

R\$ mil	Atividade	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Instituições Financeiras												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1486.357.847	95.265.169	1517.191.663	89.707.998	1570.527.817	87.270.925	1525.537.066	85.492.399	1572.896.574	83.042.501
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	66.486.047	654.351	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910	64.316.397	741.771	66.222.784	748.647
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	16.027.980	4.548.114	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015	23.808.449	4.444.293	63.544.809	4.376.690
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	26.983	24.582	23.146	22.154	22.473	21.837	21.306	20.703	21.869	20.392
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	241.081	234.536	219.923	213.569	217.807	213.077	201.588	198.699	204.689	201.037
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	56.164.9	209.091	543.343	193.170	472.402	190.513	445.046	178.223	390.715	176.786
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	652	652	661	661	693	693	665	665	706	702
Braslian American Merchant Bank	(2)	Bancária	16.14.969	1572.586	1528.322	1488.652	1880.531	1505.833	2.838.415	1461.590	3.323.932	1510.626
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1933.287	178.284	1772.462	152.192	1796.621	157.046	1691.405	146.158	1655.312	148.073
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.130	7.084	7.201	7.145	7.229	7.176	7.356	7.201	7.422	7.197
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	17.492.254	2.052.804	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962	15.453.637	2.165.021	15.157.939	2.003.966
Banco CBSS S.A.	(3)	Bancária	--	--	--	--	--	--	--	--	882.109	299.702
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	8.014.967	3.074.109	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376	7.454.063	3.321.463	7.379.400	3.018.815
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	164.1668	131.638	1333.696	394.148	1295.747	131.633	752.541	379.129	1262.881	131.629
Administradora de Consórcios												
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	617.549	215.401	537.904	301.916	540.320	197.078	385.368	277.983	452.168	197.078
Instituições de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	112.309	19.055	107.464	33.236	103.962	28.905	92.791	24.508	119.778	18.977
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	5.256.154	1514.529
Cielo S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	24.039.387	9.078.094
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	44.809	35.161
Paggo Soluções e Meios de Pagamentos S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	411	71
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	12.721.902	12.182.681
Aliança Pagamentos e Participações Ltda.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	3.807	461
Stelo S.A.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	91.909	30.593
Merchant E-Solutions, Inc.	(3)	Prestação de Serviços	--	--	--	--	--	--	--	--	1319.327	494.776
Sociedades Securitizadoras												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.171.050	895.410	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860	1.304.215	1.008.759	1.292.242	988.653
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	3.591	2.178	2.357	1.782	2.443	1.857	2.080	1.626	2.597	1.714
Outras Pessoas Jurídicas												
Fundo Fenix	(4)	Fundo de Investimento	1.287.756	1.287.507	1.300.658	1.295.880	1.298.056	1.294.113	1.310.600	1.301.130	1.295.489	1.295.212
Fundo Compesa	(4)	Fundo de Investimento	115.074	115.018	118.782	118.725	122.395	122.337	125.958	125.898	129.500	129.398
BB Fund Class A	(4)	Fundo de Investimento	10.224	10.181	10.584	10.545	9.316	9.284	9.776	9.544	--	--
BB Fund Class D	(4)	Fundo de Investimento	92.061	91.759	88.738	88.659	91.472	91.347	88.189	88.094	92.906	89.859
BB DTVM Ações Saúde Bem Estar	(4)	Fundo de Investimento	10.559	10.493	--	--	--	--	--	--	--	--
BB DTVM MM Multiestratégia LP	(4)	Fundo de Investimento	10.235	10.232	--	--	--	--	--	--	--	--
BB Elo Cartões Participações S.A.	(3)	Holding	--	--	--	--	--	--	--	--	6.603.464	6.111.394
Elo Holding Financeira S.A.	(3)	Holding	--	--	--	--	--	--	--	--	163	162

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir de 01/01/2017, conforme Resolução 4.517 de 24.08.2016.

(4) São consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

3.3. Composição do Consolidado Divulgado

A seguir, relaciona-se o conjunto de instituições incluídas no escopo do Consolidado divulgado, segregado por segmentos de negócios.

Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado

R\$ mil	Atividade	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Segmento Bancário												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.486.357.847	95.265.169	1.517.191.663	89.707.998	1.570.527.817	87.270.925	1.525.537.066	85.492.399	1.572.896.574	83.042.501
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	66.486.047	654.351	65.123.705	775.940	66.990.492	824.910	64.316.397	741.771	66.222.784	748.647
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	16.027.980	4.548.114	20.171.512	4.527.948	19.814.515	4.474.015	23.808.449	4.444.293	63.544.809	4.376.690
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	26.983	24.582	23.146	22.154	22.473	21.837	21.306	20.703	21.869	20.392
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	241.081	234.536	219.923	213.569	217.807	213.077	201.588	198.699	204.689	201.037
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	561.649	209.091	543.343	193.170	472.402	190.513	445.046	178.223	390.715	176.786
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	652	652	661	661	693	693	665	665	706	702
Brasileian American Merchant Bank	(2)	Bancária	1.614.969	1.572.586	1.528.322	1.488.652	1.880.531	1.505.833	2.838.415	1.461.590	3.323.932	1.510.626
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1.933.287	178.284	1.772.462	152.192	1.796.621	157.046	1.691.405	146.158	1.655.312	148.073
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	17.492.254	2.052.804	15.695.931	1.926.342	18.729.549	1.941.962	15.453.637	2.165.021	15.157.939	2.003.966
Segmento Investimentos												
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	8.014.967	3.074.109	7.652.194	3.496.265	7.408.979	3.014.376	7.454.063	3.321.463	7.379.400	3.018.815
Segmento Gestão de Recursos												
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.641.668	131.638	1.333.696	394.148	1.295.747	131.633	752.541	379.129	1.262.881	131.629
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.130	7.084	7.201	7.145	7.229	7.176	7.356	7.201	7.422	7.197
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização												
BB Seguridade Participações S.A.	(2)	Holding	9.519.051	7.597.003	8.604.484	8.588.350	8.956.094	7.382.697	8.001.363	7.992.871	8.787.827	7.107.397
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(2)	Corretora	2.608.678	47.074	2.698.305	456.851	2.805.182	47.069	2.297.434	466.847	3.117.825	61.966
BB Seguros Participações S.A.	(2)	Holding	6.646.808	6.604.923	6.601.973	6.478.821	6.779.610	6.675.562	6.525.223	6.515.762	7.247.468	6.637.561
Segmento Meios de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	112.309	19.055	107.464	33.236	103.962	28.905	92.791	24.508	119.778	18.977
BB Elo Cartões Participações S.A.	(2)	Holding	6.920.825	6.290.007	6.773.019	6.659.135	6.618.929	6.517.470	6.365.077	6.310.601	6.603.464	6.111.394
Outros Segmentos												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.171.050	895.410	1.160.722	1.080.465	1.104.014	1.044.860	1.304.215	1.008.759	1.292.242	988.653
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(2)	Aquisição de Créditos	4.072	6	3.962	2.314	2.974	1.649	7.921	505	8.971	6
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	617.549	215.401	537.904	301.916	540.320	197.078	385.368	277.983	452.168	197.078
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2) (3)	Turismo	42.174	(10.139)	39.175	(7.776)	39.515	(5.149)	35.667	(2.409)	37.267	1.792
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	3.591	2.178	2.357	1.782	2.443	1.857	2.080	1.626	2.597	1.714
BB Tecnologia e Serviços	(2)	Informática	477.324	263.826	470.312	257.465	491.374	251.380	443.986	239.951	481.131	243.607

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2017.

Além das entidades listadas, as demonstrações contábeis divulgadas contemplam também as operações das Entidades de Propósito Específico - *Dollar Diversified Payment Rights Finance Company* e *Loans Finance Company Limited* e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BBDTVM Multimercado Multiestratégia LP Distribuição Fundo de Investimento em Cotas de FI, BB Fund Class A e BB Fund Class D).

4. Capital

4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

Nível I

Capital Principal

O Capital Principal do Banco do Brasil é composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzidos os Ajustes Prudenciais.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) no valor de R\$ 8.100.000 mil foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP).

Ajustes Prudenciais

Os Ajustes Prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer sua qualidade em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro/2017, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 80%:

- a) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- b) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- c) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- d) participação de não controladores;
- e) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- f) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- g) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- h) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Capital Complementar

Os IHCD que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

R\$ mil	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Data Captação	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	
				Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	5.029.841	4.917.521	5.028.660	4.916.288	4.954.528
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.794.672	4.694.661	4.792.762	4.697.552	4.731.512
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.620.538	6.443.788	6.622.635	6.444.444	6.538.397
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.176.685	7.026.715	7.163.500	7.025.819	7.065.637
Total				23.621.736	23.082.685	23.607.557	23.084.103	23.290.074	

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência

R\$ mil	Valor emitido ⁽¹⁾	Valor autorizado a compor o PR	Remuneração a.a.	Data Captação	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	
					Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	Valor reconhecido no PR	
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	1.450.000	8,50%	10/2009	4.796.600	4.593.600	4.796.890	4.594.180	4.724.825
	USD	1.398.727	1.375.000	9,25%	01 e 03/2012	4.548.500	4.356.000	4.548.775	4.356.550	4.480.437
	USD	1.988.000	1.950.000	6,25%	01/2013	6.450.600	6.177.600	6.450.990	6.178.380	6.354.075
	USD	2.169.700	2.150.000	9,00%	06/2014	7.112.200	6.811.200	7.112.630	6.812.060	7.005.775
Total					22.907.900	21.938.400	22.909.285	21.941.170	22.565.112	

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Do montante de R\$ 23.621.736 mil de Instrumentos Híbridos (Bônus Perpétuos), R\$ 22.907.900 mil compõem o PR em 31.12.2017, sendo R\$ 18.111.300 mil em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13.

O montante de R\$ 4.796.600 mil, que compõe o PR em 31.12.2017, não se adequa aos requisitos exigidos na Resolução CMN nº 4.192/13, de forma que obedece ao determinado no art. 28 dessa Resolução.

Para maiores informações a respeito da composição do Capital Complementar (IHCD), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

Nível 2

Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Nível 2, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas

R\$ mil	Valor emitido	Data Captação	Vencimento	Valor no PRem 31.12.2012	Valor de 31.12.2012 com Limitador (1)	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16			
						Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor		
Instrumentos Emitidos Conforme Normas anteriores à Resolução 4.192/2013																	
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						27.870.141	27.870.141	27.149.284	27.149.284	26.591.388	26.591.388	25.945.497	25.945.497	25.237.153	25.237.153		
CDBs Subordinados Emitidos no País						1.615.432	807.715	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	900.000	2009	2014	268.989	134.494	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	1.335.000	2009	2015	800.309	400.154	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
R\$	1.000.000	2009	2015	546.134	273.067	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--		
Letras Financeiras Subordinadas						8.181.144	4.090.572	18.019.482	1.876.357	19.046.750	1.840.171	18.608.673	2.123.783	18.826.169	2.941.693	20.226.421	4.950.872
R\$	1.000.000	2010	2016	798.803	399.401	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	700.000	2011	2017	1.933.246	966.623	--	--	1.393.059	--	1.358.765	--	2.020.599	--	3.918.702	--	--	
R\$	4.844.900	2012	2018	5.065.127	2.532.564	8.923.941	--	8.733.417	--	8.548.842	328.741	8.343.783	1.066.576	8.120.026	1.624.005	--	
R\$	215.000	2012	2019	225.565	112.783	408.542	81.708	400.610	80.122	390.660	78.132	379.808	151.923	367.374	146.949	--	
R\$	150.500	2012	2020	158.403	79.201	286.248	114.499	280.580	112.232	274.146	109.658	266.998	160.198	258.947	155.369	--	
R\$	4.680.900	2013	2019	--	--	8.400.751	1.680.150	8.239.084	1.647.817	8.036.260	1.607.252	7.814.981	1.562.996	7.561.372	3.024.549	--	
Dívidas Subordinadas no Exterior						6.001.027	3.000.515	9.792.202	7.681.176	9.244.131	7.356.096	9.790.136	7.681.640	9.241.629	7.357.025	9.637.972	8.960.875
USD	300.000	2004	2014	117.476	58.738	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
USD	660.000	2010	2021	1.327.885	663.943	2.226.676	1.290.120	2.105.940	1.235.520	2.229.771	1.290.198	2.107.790	1.235.676	2.195.675	1.694.420	--	
USD	1.500.000	2011	2022	3.043.921	1.521.961	5.049.420	3.943.136	4.764.110	3.776.256	5.045.245	3.943.374	4.761.890	3.776.733	4.966.571	4.855.165	--	
USD	750.000	2012	2023	1.511.745	755.873	2.516.106	2.447.920	2.374.081	2.344.320	2.515.120	2.448.068	2.371.949	2.344.616	2.475.726	2.411.290	--	
Instrumentos Emitidos Conforme Resolução 4.192/2013																	
Letras Financeiras Subordinadas						--	--	7.660.473	4.558.860	7.503.236	4.475.632	7.315.391	4.935.513	7.109.210	5.349.224	6.874.205	5.466.093
R\$	163.523	2014	2020	--	--	261.465	104.586	256.344	102.537	249.921	99.968	242.917	145.750	234.894	140.936	--	
R\$	377.100	2014	2020	--	--	586.670	234.668	575.085	230.034	560.561	336.337	544.727	326.836	526.593	315.956	--	
R\$	2.273.806	2014	2021	--	--	3.688.487	2.213.092	3.615.324	2.169.195	3.523.598	2.114.159	3.423.607	2.738.886	3.309.117	2.647.294	--	
R\$	1.594.580	2014	2021	--	--	2.462.830	1.477.697	2.413.767	1.459.693	2.352.260	1.881.808	2.285.221	1.525.014	2.208.470	1.766.776	--	
R\$	400.000	2014	2022	--	--	661.021	528.817	642.716	514.173	629.051	503.241	612.738	612.738	595.131	595.131	--	
Total das Dívidas Subordinadas						15.797.603	7.898.802	63.342.298	41.986.534	62.943.401	40.821.183	62.305.588	41.332.324	61.122.505	41.593.439	61.975.751	44.614.993
Dívidas Subordinadas emitidas até 31.12.2012 de acordo com a Res. 3.444/2007, após aplicação do redutor (valor corrente)									9.557.533		9.196.267		9.805.423		10.298.718		13.911.747
Dívidas Subordinadas emitidas após 31.12.2012 de acordo com a Res. 4.192/2013, com redutor (Basileia III) - valor utilizado no PR									4.558.860		4.475.632		4.935.513		5.349.224		5.466.093

(1) Valor de dívidas subordinadas emitidas antes de 31.12.2012 utilizadas no cálculo do nível II do PR.

Do montante de R\$ 63.342.298 mil de dívidas subordinadas, o valor de R\$ 40.327.803 mil compõe o PR em 31.12.2017 e foi apurado conforme descrito abaixo:

1 - o montante de R\$ 27.870.141 mil refere-se aos recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO e não sofre decaimento, compondo integralmente o PR;

2 - o valor de R\$ 4.558.860 mil refere-se às letras financeiras subordinadas emitidas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/13, compondo integralmente o PR (esse valor já considera o redutor por prazo de vencimento conforme artigo 27 dessa Resolução);

3 - De acordo com o artigo 29 da Resolução CMN n.º 4.192/13, para as demais dívidas subordinadas, autorizadas segundo normas anteriores a essa Resolução, será considerado o menor valor entre:

- o valor corrente das dívidas subordinadas aplicando os redutores, totalizando R\$ 9.557.533 mil em 31.12.2017;
- o valor que compunha o PR em 31.12.2012 (R\$ 15.797.603 mil), aplicando-se os limitadores do artigo 28, ou seja, 10% ao ano, de 2013 a 2022, resultando em R\$ 7.898.802 mil (valor utilizado no PR) em 31.12.2017.

Para maiores informações a respeito da composição do Nível 2 (Dívidas Subordinadas), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
PR – Patrimônio de Referência	135.511.422	129.152.387	127.047.617	124.049.367	130.453.208
Nível I	95.227.960	89.648.072	87.643.046	84.867.246	90.283.551
Capital Principal	72.320.060	67.709.672	64.733.761	62.926.076	67.718.439
Patrimônio Líquido	88.067.958	82.575.294	80.199.982	79.031.521	76.702.977
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(23.847.898)	(22.965.622)	(23.566.221)	(24.205.445)	(17.084.538)
Capital Complementar	22.907.900	21.938.400	22.909.285	21.941.170	22.565.112
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	18.111.300	17.344.800	18.112.395	17.346.990	17.840.287
IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 ⁽¹⁾	4.796.600	4.593.600	4.796.890	4.594.180	4.724.825
Nível II	40.283.462	39.504.315	39.404.571	39.182.121	40.169.657
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.327.803	39.523.718	39.425.703	39.193.523	40.181.808
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	4.558.860	4.475.632	4.935.513	5.349.224	5.466.093
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	35.768.943	35.048.086	34.490.190	33.844.299	34.715.715
Recursos captados do FCO ⁽²⁾	27.870.141	27.149.284	26.591.388	25.945.497	25.237.153
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB ⁽³⁾	7.898.802	7.898.802	7.898.802	7.898.802	9.478.562
Dedução do Nível II	(44.341)	(19.403)	(21.132)	(11.402)	(12.151)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(44.341)	(19.403)	(21.132)	(11.402)	(12.151)

(1) Em 31.12.2017, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 50%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Tabela 8 - Ajustes Prudenciais

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) ^{(1) (2)}	(9.230.578)	(9.376.228)	(9.148.813)	(9.046.318)	(4.636.849)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 ⁽¹⁾	(5.158.510)	(4.831.321)	(5.104.774)	(5.232.847)	(4.258.360)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados ⁽¹⁾	(3.293.873)	(97.055)	(94.681)	(90.298)	(65.809)
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(2.663.196)	(4.105.578)	(4.852.491)	(4.803.076)	(6.099.094)
Investimentos Superiores (excesso dos 10%) ⁽¹⁾	(1.717.569)	(2.229.443)	(1.757.550)	(2.070.414)	--
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ⁽¹⁾	(790.986)	(1.129.204)	(1.159.676)	(1.194.540)	(500.439)
Participação de não controladores ⁽¹⁾	(673.783)	(632.276)	(637.403)	(710.615)	(493.315)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura ^{(1) (3)}	(247.965)	(487.064)	(726.506)	(965.689)	(954.281)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação ⁽¹⁾	(71.438)	(77.453)	(84.327)	(91.648)	(76.391)
Total	(23.847.898)	(22.965.622)	(23.566.221)	(24.205.445)	(17.084.538)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/13.

(2) Em 31.12.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.321.432 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.298.159mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 309.956 mil no investimento.

Para mais informações quanto à composição do Patrimônio de Referência (PR), consultar o “Anexo 1 – Composição do Patrimônio de Referência”.

4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)

O PRMR é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN n.º 4.193/13.

O PRMR corresponde à aplicação do fator “F” ao montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo:

- 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015;
- 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016;
- 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017;
- 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e
- 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD}, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- RWA_{MPAD}, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e
- RWA_{OPAD}, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN n.º 4.280/13.

Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA

Indicador	out/13	jan/14	jan/15	jan/16	jan/17	jan/18	jan/19
a) Capital Principal mínimo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
b) Adicional de Capital Principal (b.1 + b.2 + b.3)	0,0%	0,0%	0,0%	0,625%	2,8%	4,3%	6,0%
b.1) ACP Conservação	0%	0%	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
b.2) ACP Contracíclico (limite superior) ¹	0%	0%	0%	0%	1,25%	1,875%	2,5%
b.3) ACP Sistêmico (limite superior) ²	0%	0%	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
c) Requisito A + B	4,5%	4,5%	4,5%	5,1%	7,3%	8,8%	10,5%
d) Capital Nível I mínimo	5,5%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
e) Requisito D + B	5,5%	5,5%	6%	6,63%	9%	10,25%	12%
f) PR mínimo	11,0%	11,0%	11,0%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
g) Requisito F + B	11,0%	11,0%	11,0%	10,5%	12,0%	12,875%	14,0%

(1) ACP Contracíclico igual a 0% em 2016, conforme Circular Bacen 3.769/13.

(2) Limite aplicável à categoria intermediária, dada a relação Exposição/PIB dos bancos brasileiros, conforme Circular Bacen nº 3.768/15.

Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

R\$ mil		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Risco de Crédito	RWA_{CPAD}	616.822.462	602.898.952	633.781.384	618.942.361	643.214.021
	Exposições sujeitas ao FPR de 2%	21.462	47.234	50.567	40.857	22.037
	Exposições sujeitas ao FPR de 20%	3.118.227	2.756.504	2.835.250	3.351.759	3.134.839
	Exposições sujeitas ao FPR de 35%	13.785.226	13.503.965	13.340.421	12.952.516	12.796.987
	Exposições sujeitas ao FPR de 50%	15.836.091	16.901.985	16.345.807	17.029.314	18.970.003
	Exposições sujeitas ao FPR de 75%	185.469.644	191.772.181	194.997.681	189.375.729	193.643.390
	Exposições sujeitas ao FPR de 85%	125.863.191	126.869.757	137.035.719	137.064.037	143.678.685
	Exposições sujeitas ao FPR de 100%	240.360.242	220.455.343	234.195.590	227.274.919	239.377.401
	Exposições sujeitas ao FPR de 250%	27.120.018	25.391.122	24.275.157	23.597.274	25.394.409
	Exposições sujeitas ao FPR de 300%	646.819	904.992	933.002	964.641	1.153.659
Exposições sujeitas ao FPR de 1.250%	3.867.790	3.923.577	9.327.613	6.693.146	4.447.039	
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	733.753	372.292	444.578	598.168	595.572	
Risco Operacional	RWA_{OPAD}	55.737.907	55.737.907	54.986.312	54.986.312	43.792.910
	Administração de Ativos	1.770.032	1.770.032	1.660.609	1.660.609	1.540.543
	Comercial	26.093.286	26.093.286	26.434.128	26.434.128	25.012.598
	Corretagem de Varejo	50.455	50.455	54.338	54.338	50.503
	Finanças Corporativas	(490.918)	(490.918)	256.083	256.083	927.730
	Negociação e Vendas	8.199.599	8.199.599	6.703.383	6.703.383	(2.085.967)
	Pagamentos e Liquidações	3.446.440	3.446.440	3.499.197	3.499.197	2.927.139
	Serviços de Agente Financeiro	1.748.668	1.748.668	1.799.753	1.799.753	1.650.783
Varejo	14.920.344	14.920.344	14.578.819	14.578.819	13.769.579	
Risco de Mercado	RWA_{MPAD}	17.296.387	15.831.399	16.644.771	9.722.873	18.844.349
	Taxa de juros prefixadas denominadas em real - RWA _{JUR} [1]	3.909.434	2.450.272	2.844.123	501.534	450.012
	Taxa dos cupons de moedas estrangeiras - RWA _{JUR} [2]	2.426.530	2.500.091	1.422.021	929.247	1.624.172
	Taxa dos cupons de índices de preços - RWA _{JUR} [3]	919.462	356.660	261.160	106.867	350.814
	Taxa dos cupons de taxas de juros - RWA _{JUR} [4]	-	-	-	-	-
	Preço de ações - RWA _{ACS}	-	40.720	8.613	-	-
	Preço de commodities - RWA _{COM}	267	660	3.669	4.243	2.927
Moeda estrangeira - RWA _{CAM}	10.040.694	10.482.995	12.105.186	8.180.981	16.416.423	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)⁽¹⁾	689.856.756	674.468.258	705.412.467	683.651.545	705.851.279	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽²⁾	63.811.750	62.388.314	65.250.653	63.237.768	69.702.814	

(1) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

4.3. Índices de Adequação de Capital

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco, respectivamente.

A tabela seguinte demonstra a evolução do Índice de Basileia (IB), do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível 1 (ICN1), da parcela R_{BAN}, da margem de compatibilização do PR e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR

	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Patrimônio de Referência (PR) (R\$ mil)⁽¹⁾	135.511.422	129.152.387	127.047.617	124.049.367	130.453.208
Nível I (R\$ mil)	95.227.960	89.648.072	87.643.046	84.867.245	90.283.551
Capital Principal (R\$ mil)	72.320.060	67.709.672	64.733.761	62.926.075	67.718.439
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (R\$ mil)⁽³⁾	689.856.756	674.468.258	705.412.467	683.651.545	705.851.279
Adicional de Capital Principal (ACP) (R\$ mil)⁽⁴⁾	10.347.851	10.117.024	10.581.187	10.254.773	4.411.570
ACP Conservação	8.623.209	8.430.853	8.817.656	8.545.644	4.411.570
ACP Contracíclico	0	0	0	0	-
ACP Sistemico	1.724.642	1.686.171	1.763.531	1.709.129	-
Índice de Basileia (IB)	19,64%	19,15%	18,01%	18,15%	18,48%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1)	13,80%	13,29%	12,42%	12,41%	12,79%
Índice de Capital Principal (ICP)	10,48%	10,04%	9,18%	9,20%	9,59%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (R\$ mil)⁽²⁾	63.811.750	62.388.314	65.250.653	63.237.768	69.702.814
Risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) (R\$ mil)	7.052.687	7.188.077	5.997.610	6.403.594	4.947.302
Margem de compatibilização do PR (PR - PRMR - R_{BAN}) (R\$ mil)⁽⁵⁾	64.646.985	59.575.996	55.799.353	54.408.005	55.803.092

(1) Conforme Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

(4) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/2013, a partir de 31.03.2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal.

(5) Conforme Instruções de Preenchimento do DLO - Conta 953 - Fonte: www.bcb.gov.br

4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR

O Banco do Brasil elabora e revisa anualmente o seu Plano de Capital, que abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses. O Plano é vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), com objetivo de assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da Instituição, considerando inclusive cenários de estresse. É aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração do BB.

O Plano de Capital abrange as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil, localizadas no País e no exterior.

Para subsidiar a elaboração do Plano são realizadas projeções, tanto do PR quanto do RWA, referenciadas em aspectos regulatórios, documentos estratégicos, dinâmica dos negócios e informações técnicas discutidas no âmbito do Fórum de Capital.

Além disso, são realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em único cenário macroeconômico de estresse, severo e pautado por premissas plausíveis, que subsidiam a elaboração do Plano de Contingência de Capital (PCC).

O Plano de Contingência de Capital tem por objetivo assegurar o enquadramento do Banco aos níveis regulatórios e prudenciais de capital caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

O acompanhamento da execução do Plano de Capital é realizado mensalmente pelo Fórum de Capital e reportado para a Alta Administração. Neste acompanhamento, são avaliadas as projeções e as necessidades de realinhamento de estratégia, levando em consideração os valores realizados, os testes de estresse, as eventuais alterações regulatórias e as expectativas dos negócios.

Nesse contexto, o BB avalia as projeções com base nos limites de cada indicador e no prazo para eventual descumprimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital

Indicadores de Capital	Prazo de Descumprimento (meses)					
	0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	a partir de 31
ICP	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
ICNI	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
IB	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		

Observa-se, de acordo com o quadro acima, que, quando as projeções indicarem potencial extrapolação futura de índice de capital, a empresa terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

Os estados de capital são acompanhados e reportados mensalmente nas reuniões do Fórum de Capital e dos Comitês Estratégicos vinculados à estrutura de gestão de capital (CEGAPC e CSGRC), contendo, quando necessárias, sugestões de medidas de contingência de capital a serem adotadas.

Por fim, para o processo de gerenciamento de capital, o Banco utiliza indicador denominado Retorno Ajustado ao Risco (RAR), que visa garantir sustentabilidade do crescimento do BB no longo prazo e melhorar a alocação de capital, priorizando o crescimento de negócios que geram lucros de forma consistente com o consumo de capital.

4.5. Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem, instituída por meio da Circular Bacen nº 3.748/15, tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia. A seguir, são apresentados o Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem e o Resumo Comparativo entre as Demonstrações Financeiras publicadas e a Razão de Alavancagem.

Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

R\$ mil	4T17
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.033.541.236
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(24.921.451)
Total das exposições contabilizadas no BP	1.008.619.785
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos	653.861
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	1.137.067
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	--
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	--
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplimento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	--
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	1.790.928
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	11.647.612
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	--
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	2.922.490
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	69.238.037
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	83.808.138
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	123.318.354
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(93.130.595)
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	30.187.758
Capital e Exposição Total	
Nível I	95.227.960
Exposição Total	1.124.406.609
Razão de Alavancagem (RA)	
Razão de Alavancagem de Basileia III	8,47%

Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

R\$ mil	4T17
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.367.922.566
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(4.054)
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	1.136.010
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	(264.378.622)
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	30.187.758
Outros ajustes	(10.457.050)
Exposição Total	1.124.406.609

5. Participações Societárias

O Banco do Brasil S.A. possui amplo e diversificado conjunto de negócios, produtos, serviços, atividades e clientes. Pela natureza organizacional, por opção estratégica ou por exigências legais e regulatórias, a operacionalização de seus negócios e processos está distribuída entre o Banco Múltiplo³ e suas Entidades Ligadas (ELBB)⁴, localizados no país e no exterior, sob variadas formas organizacionais e jurídicas.

A seguir, detalha-se o conjunto de participações societárias não classificadas na Carteira de Negociação, segregado por segmentos de negócios:

³ Refere-se ao Banco do Brasil S.A. (BB).

⁴ O conjunto de ELBB é composto de empresas controladas, subsidiárias integrais, coligadas, participadas (simples participações), patrocinadas, administrada e fundação.

Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação

R\$ mil	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16		Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾						
	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil das Participações	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.		Valor Contábil das Participações					
Segmento Bancário																	
Banco Votorantim S.A.	(2)	(3)	50,00%	4.433.632	510.056	50,00%	4.388.391	484.424	50,00%	4.253.916	464.639	50,00%	4.179.000	452.406	50,00%	4.212.969	629.698
Banco CBSS S.A.	(3)		49,99%	185.959	21.393	49,99%	204.095	22.530	49,99%	205.380	22.433	49,99%	214.454	23.216	--	--	--
Segmento Investimentos																	
Kepler Weber S.A.	(3)		17,45%	75.988	6.776	17,45%	79.351	7.087	17,45%	79.996	7.147	17,45%	80.865	7.227	17,45%	82.725	7.899
Neoenergia S.A.	(3)		9,35%	1.570.055	145.230	9,35%	1.317.687	121.886	11,99%	1.155.058	106.843	11,99%	1.167.250	107.971	11,99%	1.154.899	114.046
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização																	
BB Seguridade Participações S.A.	(4)		66,36%	5.042.021	520.244	66,36%	5.699.481	539.100	66,36%	4.899.350	477.402	66,36%	5.302.538	495.702	66,36%	4.716.654	778.493
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(5)		12,09%	2.410	249	12,09%	2.220	210	12,09%	2.583	252	12,09%	2.595	243	12,09%	2.589	427
Segmento Meios de Pagamento																	
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(5)	(6)	12,52%	58.603	5.421	12,52%	57.303	5.301	12,52%	55.593	5.142	12,52%	53.720	4.969	12,52%	50.603	4.997
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo Cielo S.A.	(3)		49,99%	658.765	67.973	49,99%	664.804	62.925	49,99%	627.201	61.116	49,99%	607.688	56.809	--	--	--
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)		28,68%	3.264.585	336.845	28,68%	3.015.179	285.393	28,69%	2.981.622	290.535	28,70%	2.839.628	265.460	--	--	--
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(3)		50,07%	1.772.246	182.863	50,07%	1.747.140	165.371	50,08%	1.735.363	169.097	50,09%	1.720.075	160.799	--	--	--
Outros Segmentos																	
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(4)		100,00%	6	1	100,00%	2.314	214	100,00%	1.649	153	100,00%	505	47	100,00%	6	1
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(4)		100,00%	--	--	100,00%	--	--	100,00%	(5.149)	(476)	100,00%	(2.409)	(223)	100,00%	1.792	177
BB Tecnologia e Serviços Cadam S.A.	(4)		99,99%	256.237	23.702	99,99%	257.439	23.813	99,99%	251.355	23.250	99,99%	239.927	22.193	99,99%	243.583	24.054
Cia Hidromineral Piratuba	(5)		21,64%	15.308	1.042	21,64%	15.483	1.059	21,60%	16.569	1.159	21,60%	16.288	1.133	21,60%	15.663	1.148
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	(5)		14,13%	2.721	252	14,13%	2.710	251	14,13%	2.720	252	14,13%	2.733	253	14,13%	2.717	268
Elo Holding Financeira S.A.	(5)		11,11%	3.702	342	11,11%	4.716	436	11,11%	4.717	436	11,11%	4.755	440	11,11%	5.533	546
Provisão para Investimentos	(7)			(10.985)			(8.965)			(8.965)			(6.770)			(6.770)	

(1) Valor referente ao requerimento mínimo de capital para as participações societárias registradas no ativo permanente e incluídas no cálculo dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}), nos termos da Circular Bacen nº 3.644/2013.

(2) Em 31.12.2017, com relação ao investimento em Instituições Financeiras (BV e Banco CBSS), R\$ 2.321.432 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.298.159mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) Controlada em conjunto, avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(4) Controladas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(5) Coligadas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(6) Empresas não enquadradas como "Instituições de Pagamento".

(7) Perdas não realizadas, mas reconhecidas, referente às empresas Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Cadam S.A., Kepler Weber S.A. e Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP, cujo valor é computado na apuração do Capital Principal.

5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)

A regulação vigente impõe a necessidade de a estrutura integrada de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.

Em consonância com a regulação vigente, o Banco avalia a gestão de riscos das entidades ligadas, conforme as atividades ou segmentos de negócio das empresas, emitindo orientações para adequação das empresas quanto ao gerenciamento dos riscos e seu alinhamento com as práticas adotadas pela Instituição.

As avaliações são realizadas em ciclos anuais por meio de informações fornecidas pelas empresas, sendo analisados aspectos quantitativos e qualitativos.

Ao término das avaliações são elaborados relatórios para encaminhamento às empresas e aos seus conselheiros indicados pelo Banco, para apreciação das orientações emitidas e adoção das providências necessárias.

Os resultados das avaliações são reportados aos comitês executivos de riscos e de governança, ao CSGRC, CD, Coaud, Coris e CA.

6. Gestão de Riscos

6.1. Risco de Crédito

6.1.1. Política Específica de Crédito

A Política Específica de Crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A Política Específica de Crédito orienta sobre o processo de crédito, compreendendo a abrangência, a assunção de risco de crédito, a cobrança e recuperação de Crédito e gerenciamento do risco de crédito. Contém conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil. A seguir, estão relacionados tópicos importantes abordados na Política Específica de Crédito do Banco do Brasil:

- a) condições para assunção de risco;
- b) segregação de funções;
- c) orientações para cobrança e recuperação de crédito;
- d) decisões colegiadas;
- e) apetite ao risco;
- f) níveis de provisão e de capital;
- g) testes de estresse;
- h) classificação de clientes; e
- i) planejamento de capital.

6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na Política Específica de Crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito

Alinhado aos objetivos do gerenciamento do risco de crédito, o CA aprova a Política Específica de Crédito e a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos do BB, que contemplam direcionadores para o risco de crédito.

A partir dos direcionadores aprovados pelo CA, são definidas as estratégias de gerenciamento do risco de crédito, descritas abaixo, que têm o objetivo de orientar as ações em nível operacional:

- a) aprovação de modelos para gestão do risco de crédito;
- b) definição de metas de inadimplência, recuperação, perda máxima e qualidade da carteira de crédito;
- c) estabelecimento de limites de risco, de concentração e de exposição, inclusive com países estrangeiros; e
- d) manutenção de níveis adequados de provisionamento e de capital.

6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos índices: de inadimplência, de qualidade da carteira, de provisão para devedores duvidosos, de concentração, de exigência de capital, entre outros, que refletem o perfil de risco do Banco do Brasil.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficientes para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

6.1.4.1. Exigência de Capital Regulatório para Risco de Crédito

O Banco mensura a exigência de capital regulatório para cobertura do risco de crédito por meio da Abordagem Padronizada, cujos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referentes às exposições ao risco de crédito foram divulgados pelo Bacen por meio da Circular nº 3.644/13.

Esses procedimentos foram implementados em sistema proprietário que efetua a mensuração do capital exigido, permitindo a avaliação tempestiva da solvência do Banco, conforme as normas do Regulador. O Banco utiliza informações do Capital Regulatório para avaliar a eficiência da alocação de capital e para o planejamento de capital.

6.1.4.2. Risco de Concentração de Crédito

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para risco de crédito.

6.1.5. Instrumentos Mitigadores

Para a vinculação de garantias em operação de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é o obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito. Abaixo, são apresentados os percentuais utilizados:

Tabela 15 - Cobertura de Garantias

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
- Recibo de depósito bancário	100%
- Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
- Poupança	100%
- Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>PledgeAgreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
- Carta de crédito <i>standby</i>	100%
- Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	100%
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	100%
- Fundo de Garantia de Operações (FGO)	100%
- Fundo Garantidor para Investimento (FGI)	100%
- Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>PledgeAgreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos <i>offshore</i> - BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
Demais garantias ⁽⁷⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios, representadas por aplicações financeiras, devem estar internalizadas no Banco e bloqueadas pela Instituição, devendo este bloqueio permanecer até a liquidação da operação.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Considerando os instrumentos mitigadores de risco de crédito definidos pela Circular Bacen nº 3.809/16, a tabela a seguir apresenta o valor total mitigado em termos de ativos ponderados pelo risco, segmentado por tipo e FPR do mitigador.

Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respetivo Fator de Risco

R\$ mil		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Total⁽¹⁾	FPR do Mitigador	46.219.018	43.765.391	44.399.775	45.157.154	44.857.862
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil	0%	38.414.825	36.162.772	36.856.111	36.097.852	35.776.926
Garantia prestada por Fundos Garantidores	0%	-	-	-	-	-
Garantia prestada por Fundos Garantidores	50%	-	-	-	1.602.153	2.085.050
Depósitos mantidos na própria instituição	0%	1.300.871	1.251.041	1.313.001	1.342.158	952.890
Garantia de instituições financeiras	50%	156.408	173.851	198.640	288.402	278.970
Repasses de descontos em folha de pagamento ⁽²⁾	50%	6.346.914	6.177.727	6.032.023	5.826.590	5.764.026

(1) Valor total mitigado pelos instrumentos definidos pela Circular BACEN nº 3.809/2016 para as exposições em operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias

(2) O instrumento mitigador de risco de crédito representado por repasses de desconto em folha de pagamento foi introduzido pela Circular Bacen 3.714, que passou a vigorar na data-base Ago/14

6.1.5.1. Processos de Monitoramento da Efetividade dos Mitigadores

O monitoramento da efetividade dos mitigadores faz parte do gerenciamento do risco de crédito do Banco. São exemplos: o acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito, a classificação de risco das operações de crédito e a cobrança e recuperação de créditos.

Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para verificar a efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta os níveis de concentração dos dez maiores clientes em relação ao total de operações com característica de concessão de crédito.

Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito

	1º ao 10º	1º ao 100º
4T17	11,72%	25,47%
3T17	12,43%	25,81%
2T17	12,59%	25,80%
1T17	12,74%	25,89%
4T16	12,58%	26,09%

A seguir, apresenta-se a exposição média ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ).

Ressalte-se que, no Banco do Brasil, os conceitos utilizados para Carteira Ampliada e Créditos a liberar são:

- Carteira Ampliada BB:** Carteira Classificada BB (Carteira Interna BB + Externa BB), Garantias BB e Títulos e Valores Mobiliários BB; e
- Créditos a Liberar:** Representam as parcelas dos limites de crédito que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo os limites de cheque-especial e cartão de crédito (saldo de créditos a liberar em limites não canceláveis) e as parcelas no cronograma de liberação que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo: Finame, BNDES com cronograma de liberação de recursos (saldo de créditos a liberar em operações de cronograma).

Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito

R\$ milhões	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16	
	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio
Tipo de Exposição	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio	Saldo *	Saldo Médio
Pessoa Física										
Agronegócio	140.356	139.011	137.481	137.482	140.528	138.950	135.680	134.307	132.698	130.786
Imobiliário	44.623	44.259	43.698	43.455	43.116	42.935	42.736	42.603	42.178	41.831
Consignado	67.108	66.612	65.600	65.125	64.219	63.429	62.442	62.240	62.596	62.634
Veículo	4.876	4.920	5.093	5.207	5.433	5.528	5.771	5.922	6.233	6.413
Cartão	63.785	63.623	62.900	62.440	60.853	59.656	59.291	58.977	58.198	62.531
Outros	53.520	54.518	54.764	55.011	55.886	55.674	55.378	55.360	59.787	56.703
Total PF	374.268	372.944	369.537	368.720	370.034	366.172	361.298	359.409	361.690	360.897
Pessoa Jurídica										
Agronegócio	42.974	43.900	45.230	46.450	49.847	47.975	46.164	46.926	49.179	49.561
Investimentos	66.067	67.306	69.974	70.160	71.410	71.348	73.384	74.716	78.183	77.536
Import/Export.	15.652	15.156	14.422	14.241	14.168	13.695	13.427	13.493	14.487	14.961
Capital de Giro	160.746	162.181	163.185	163.631	166.295	167.061	170.318	171.576	176.283	180.429
Outros	121.225	118.833	117.534	120.229	127.714	125.675	126.462	128.993	136.622	141.127
Total PJ	406.664	407.376	410.345	414.711	429.434	425.754	429.755	435.704	454.754	463.614
Total	780.933	780.319	779.881	783.431	799.468	791.925	791.054	795.113	816.444	824.512

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Na próxima tabela, destaca-se a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas jurídicas (PJ), segregada por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas

R\$ milhões		4T17				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.613	18.003	192	10.729	6.520	
Nordeste	798	3.459	352	10.095	7.830	
Norte	120	2.615	64	3.367	2.857	
Sudeste	32.153	32.098	11.752	113.079	69.608	
Sul	8.291	7.959	3.293	14.985	10.893	
Exterior	-	1.933	-	8.492	23.517	
Total	42.974	66.067	15.652	160.746	121.225	
R\$ milhões		3T17				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.555	20.299	317	10.896	6.727	
Nordeste	862	3.484	267	10.287	6.895	
Norte	129	2.749	40	3.505	3.056	
Sudeste	34.094	33.352	10.805	116.406	67.081	
Sul	8.589	8.339	2.992	14.923	10.990	
Exterior	-	1.751	-	7.169	22.785	
Total	45.230	69.974	14.422	163.185	117.534	
R\$ milhões		2T17				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.652	19.414	296	11.594	7.194	
Nordeste	878	3.625	246	10.986	7.145	
Norte	106	2.883	36	3.651	3.242	
Sudeste	38.728	34.434	10.285	116.158	73.098	
Sul	8.484	8.747	3.306	16.168	11.599	
Exterior	-	2.306	-	7.739	25.436	
Total	49.847	71.410	14.168	166.295	127.714	
R\$ milhões		1T17				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.234	20.587	383	11.867	6.630	
Nordeste	453	3.762	176	11.401	7.785	
Norte	87	3.004	40	3.833	3.414	
Sudeste	36.691	35.018	9.924	118.558	73.477	
Sul	7.699	9.065	2.904	16.848	12.042	
Exterior	-	1.948	-	7.814	23.115	
Total	46.164	73.384	13.427	170.321	126.463	
R\$ milhões		4T16				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.222	23.169	311	12.656	6.438	
Nordeste	425	3.931	226	11.990	8.525	
Norte	93	3.131	52	4.083	3.593	
Sudeste	39.387	36.092	10.791	121.132	79.702	
Sul	8.052	9.586	3.098	17.979	13.044	
Exterior	-	2.275	8	8.444	25.320	
Total	49.179	78.184	14.486	176.284	136.622	

A tabela seguinte apresenta a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas físicas (PF), segregada por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas

R\$ milhões						
4T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	37.330	7.376	7.080	771	9.605	7.999
Nordeste	10.594	9.868	16.878	1.236	11.712	10.036
Norte	9.345	1.613	5.192	473	3.433	3.181
Sudeste	40.439	18.604	31.147	1.542	27.239	22.933
Sul	42.649	7.162	6.811	854	11.797	8.482
Exterior	-	-	-	-	-	890
Total	140.356	44.623	67.108	4.876	63.785	53.520

R\$ milhões						
3T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	35.601	7.284	6.864	801	9.420	7.904
Nordeste	10.278	9.575	16.504	1.281	11.447	10.331
Norte	8.873	1.580	5.065	485	3.419	3.319
Sudeste	40.462	18.279	30.650	1.628	27.011	23.703
Sul	42.267	6.980	6.516	898	11.604	8.582
Exterior	-	-	-	-	-	925
Total	137.481	43.698	65.600	5.093	62.900	54.764

R\$ milhões						
2T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	36.506	7.217	6.731	855	9.127	7.858
Nordeste	10.356	9.328	16.129	1.340	11.023	10.550
Norte	8.642	1.556	4.910	514	3.298	3.399
Sudeste	40.651	18.106	30.161	1.755	26.210	24.296
Sul	44.372	6.909	6.287	969	11.194	8.755
Exterior	-	-	-	-	-	1.029
Total	140.528	43.116	64.219	5.433	60.853	55.886

R\$ milhões						
1T17						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	35.070	7.147	6.503	897	8.940	7.451
Nordeste	9.798	9.101	15.663	1.402	10.734	10.506
Norte	8.216	1.536	4.768	538	3.239	3.367
Sudeste	39.398	18.080	29.529	1.882	25.546	24.253
Sul	43.198	6.871	5.979	1.052	10.832	8.752
Exterior	-	-	-	-	-	1.049
Total	135.680	42.735	62.442	5.771	59.291	55.378

R\$ milhões						
4T16						
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros
Centro-Oeste	33.034	7.083	6.589	958	8.757	7.970
Nordeste	9.554	8.759	15.624	1.500	10.508	11.264
Norte	7.833	1.517	4.771	576	3.182	3.527
Sudeste	39.576	18.002	29.686	2.046	25.146	26.302
Sul	42.701	6.816	5.926	1.153	10.605	9.602
Exterior	-	-	-	-	-	1.121
Total	132.698	42.177	62.596	6.233	58.198	59.786

Na próxima tabela, apresenta-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico.

Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

R\$ milhões	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Administração Pública	43.673	41.059	41.946	40.592	40.835
Agronegócio de Origem Animal	15.109	15.993	16.561	16.403	17.354
Agronegócio de Origem Vegetal	34.390	34.257	34.308	31.844	33.330
Atividades Específicas da Construção	12.244	12.495	13.378	13.742	14.623
Automotivo	23.255	21.672	22.621	22.790	24.081
Bebidas	1.870	1.880	1.999	2.000	2.046
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	6.704	6.341	6.380	6.427	7.206
Comércio Varejista	14.833	14.754	15.511	16.114	18.113
Construção Pesada	5.436	4.299	5.352	5.537	7.635
Couro e Calçados	2.545	2.621	3.033	3.116	3.331
Demais Atividades	36	31	18	14	47
Eletroeletrônico	8.504	9.304	9.885	10.078	10.847
Energia Elétrica	28.264	29.843	31.154	32.013	36.286
Imobiliário	18.128	19.171	20.718	22.146	24.134
Instituições e Serviços Financeiros	24.164	25.345	26.293	24.881	28.296
Insumos Agrícolas	10.874	9.897	10.305	9.675	10.614
Madeireiro e Moveleiro	5.802	6.096	6.453	6.734	7.077
Metalurgia e Siderurgia	31.322	33.892	35.607	37.218	38.619
Papel e Celulose	6.384	6.318	7.108	7.515	8.434
Petroleiro	38.296	40.763	40.810	40.635	41.243
Químico	8.323	8.318	8.280	8.525	9.070
Serviços	25.300	24.581	26.576	28.023	25.265
Telecomunicações	6.507	6.063	7.925	6.313	6.444
Textil e Confecções	8.418	8.644	9.394	9.502	10.455
Transportes	26.286	26.706	27.820	27.918	29.371
Pessoa Física	374.268	369.537	370.034	361.298	361.690
Total⁽¹⁾	780.933	779.882	799.468	791.053	816.444

(1) Carteira Ampliada BB e créditos a liberar

Nas tabelas seguintes, demonstra-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico e carteiras de crédito (PJ).

Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T17

R\$ milhões	4T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública		7.501	0	28.636	7.535
Agronegócio de Origem Animal	7.152	864	2.694	2.553	1.847
Agronegócio de Origem Vegetal	14.079	4.272	5.483	5.808	4.748
Atividades Específicas da Construção	109	2.180	424	3.356	6.174
Automotivo	133	3.193	693	13.148	6.088
Bebidas	346	217	148	898	260
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.290	789	230	2.949	1.448
Comércio Varejista	417	1.392	39	7.616	5.368
Construção Pesada	24	514	271	1.054	3.573
Couro e Calçados	12	167	513	1.122	731
Demais Atividades	2	1	-	6	27
Eletroeletrônico	-	612	201	2.887	4.805
Energia Elétrica	1.550	6.888	39	10.376	9.410
Imobiliário	24	779	1	2.848	14.477
Instituições e Serviços Financeiros	174	9.943	-	4.978	9.070
Insumos Agrícolas	2.219	1.139	674	2.928	3.915
Madeireiro e Moveleiro	278	1.784	467	2.200	1.073
Metalurgia e Siderurgia	1.471	1.586	2.338	16.601	9.325
Papel e Celulose	353	870	224	2.443	2.494
Petroleiro	12.409	2.265	402	18.039	5.182
Químico	118	1.053	309	4.467	2.376
Serviços	133	4.328	114	13.591	7.134
Telecomunicações	-	87	3	3.543	2.874
Textil e Confecções	656	670	357	4.045	2.689
Transportes	26	12.973	27	4.657	8.603
Total⁽¹⁾	42.974	66.067	15.652	160.746	121.225

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T17

R\$ milhões	3T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.680	0	27.524	5.854
Agronegócio de Origem Animal	7.952	875	2.602	2.626	1.937
Agronegócio de Origem Vegetal	13.678	5.036	4.974	5.961	4.607
Atividades Específicas da Construção	114	2.303	417	3.418	6.242
Automotivo	123	3.420	703	10.981	6.444
Bebidas	298	233	157	919	272
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.246	651	159	2.947	1.339
Comércio Varejista	389	1.446	23	7.672	5.225
Construção Pesada	23	559	293	1.150	2.275
Couro e Calçados	-	179	444	1.185	814
Demais Atividades	-	1	-	7	24
Eletroeletrônico	-	581	210	3.301	5.212
Energia Elétrica	1.952	6.917	45	10.951	9.978
Imobiliário	26	809	2	3.171	15.163
Instituições e Serviços Financeiros	315	12.096	-	3.529	9.405
Insumos Agrícolas	2.448	1.152	799	2.852	2.646
Madeireiro e Moveleiro	462	1.827	377	2.245	1.185
Metalurgia e Siderurgia	1.467	1.667	1.974	20.843	7.942
Papel e Celulose	373	648	156	2.600	2.541
Petroleiro	12.934	2.401	330	19.329	5.770
Químico	75	1.054	285	4.341	2.563
Serviços	123	4.354	72	13.652	6.381
Telecomunicações	-	86	2	3.558	2.417
Textil e Confecções	640	708	377	4.187	2.732
Transportes	593	13.290	21	4.237	8.565
Total⁽¹⁾	45.230	69.974	14.422	163.185	117.534

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T17

R\$ milhões	2T17				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	7.879	0,20	28.714	5.353
Agronegócio de Origem Animal	8.104	880	2.687	2.896	1.995
Agronegócio de Origem Vegetal	13.267	5.592	4.341	6.351	4.757
Atividades Específicas da Construção	113	2.426	457	3.791	6.591
Automotivo	121	3.492	1.222	10.948	6.837
Bebidas	320	264	174	930	310
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	944	674	164	3.160	1.437
Comércio Varejista	438	1.500	6	8.032	5.535
Construção Pesada	13	598	267	1.236	3.238
Couro e Calçados	-	194	517	1.352	971
Demais Atividades	2	1	-	4	11
Eletroeletrônico	-	615	282	3.514	5.473
Energia Elétrica	2.129	7.037	45	11.170	10.773
Imobiliário	25	847	2	3.501	16.343
Instituições e Serviços Financeiros	398	11.009	-	3.661	11.226
Insumos Agrícolas	2.511	1.280	731	2.892	2.891
Madeireiro e Moveleiro	401	1.873	389	2.455	1.336
Metalurgia e Siderurgia	1.592	1.873	1.659	22.267	8.217
Papel e Celulose	651	696	153	2.806	2.801
Petroleiro	17.419	2.560	216	14.909	5.706
Químico	84	1.098	283	4.519	2.296
Serviços	123	4.535	90	14.570	7.258
Telecomunicações	-	88	1	3.639	4.196
Textil e Confecções	615	759	442	4.558	3.019
Transportes	577	13.641	40	4.418	9.145
Total⁽¹⁾	49.847	71.410	14.168	166.295	127.714

(1) - Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

As próximas tabelas apresentam a exposição ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), segregadas pelo prazo a decorrer das operações.

Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T17

R\$ milhões	4T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	18.949	30.662	37.818	52.927
PF Cartao de Crédito	12.447	217	91	51.030
PF Consignado	852	1.291	28.399	36.566
PF Imobiliario	32	8	311	44.272
PF Veiculos	180	383	4.273	41
PF Outros	12.921	9.067	20.329	11.203
Total PF	45.381	41.628	91.220	196.039
Agro PJ	6.300	7.516	21.715	7.442
PJ Capital de Giro	50.403	9.661	64.553	36.130
PJ Importacao e Exportacao	11.022	4.558	72	-
PJ Investimento	2.968	1.079	20.085	41.935
PJ Outros	31.765	7.385	50.871	31.204
Total PJ	102.459	30.199	157.296	116.711
Total	147.840	71.826	248.516	312.750

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T17

R\$ milhões	3T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	22.798	16.654	44.086	53.944
PF Cartao de Crédito	12.160	243	176	50.321
PF Consignado	514	1.253	27.015	36.818
PF Imobiliario	17	9	304	43.369
PF Veiculos	175	384	4.475	60
PF Outros	13.236	10.140	20.064	11.325
Total PF	48.898	28.681	96.121	195.836
Agro PJ	6.698	7.577	22.792	8.162
PJ Capital de Giro	47.004	10.690	64.482	41.010
PJ Importacao e Exportacao	9.792	4.499	131	0
PJ Investimento	2.669	919	22.283	44.103
PJ Outros	24.151	10.211	55.002	28.170
Total PJ	90.314	33.896	164.690	121.445
Total	139.213	62.578	260.810	317.281

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T17

R\$ milhões	2T17			
	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1a5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF	30.033	15.286	40.939	54.270
PF Cartao de Crédito	16.602	325	284	43.641
PF Consignado	636	1.221	26.711	35.650
PF Imobiliario	33	8	297	42.779
PF Veiculos	206	421	4.720	86
PF Outros	12.037	11.885	20.429	11.534
Total PF	59.548	29.146	93.379	187.961
Agro PJ	7.172	5.300	28.708	8.667
PJ Capital de Giro	47.109	12.426	63.181	43.579
PJ Importacao e Exportacao	8.825	5.191	152	-
PJ Investimento	2.707	1.416	21.452	45.834
PJ Outros	28.783	10.071	59.151	29.708
Total PJ	94.596	34.405	172.645	127.788
Total	154.144	63.551	266.025	315.749

*Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

A tabela seguinte apresenta o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas

R\$ milhões					
4T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.412	421	954	1.076	711
Nordeste	1.683	444	798	1.501	741
Norte	345	148	321	628	270
Sudeste	4.007	1.467	3.193	4.746	4.975
Sul	944	546	1.115	1.611	921
Exterior	139	7	0	46	4
TOTAL	8.531	3.033	6.382	9.607	7.622

R\$ milhões					
3T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.577	458	964	1.198	679
Nordeste	1.650	552	927	1.624	760
Norte	476	160	399	625	259
Sudeste	4.188	1.812	2.945	8.516	2.262
Sul	1.176	682	1.250	1.754	733
Exterior	120	13	43	7	11
TOTAL	9.186	3.677	6.528	13.724	4.704

R\$ milhões					
2T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.492	448	831	1.475	496
Nordeste	1.608	515	1.250	1.619	735
Norte	471	178	400	672	238
Sudeste	3.768	1.699	4.685	7.580	2.339
Sul	1.484	519	1.131	1.889	685
Exterior	121	0	27	276	62
TOTAL	8.944	3.359	8.324	13.513	4.555

R\$ milhões					
1T17					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.860	492	1.034	1.562	320
Nordeste	2.236	711	1.077	1.670	554
Norte	574	240	437	669	162
Sudeste	7.321	3.316	6.426	5.039	1.680
Sul	1.644	734	1.408	1.734	539
Exterior	5	0	374	9	124
TOTAL	13.640	5.494	10.754	10.683	3.378

R\$ milhões					
4T16					
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Centro-Oeste	1.461	486	1.108	1.434	261
Nordeste	1.377	458	1.217	1.751	360
Norte	496	175	492	634	109
Sudeste	7.016	1.501	3.998	5.242	1.129
Sul	1.407	561	1.365	1.812	400
Exterior	86	442	1	121	40
TOTAL	11.843	3.624	8.181	10.993	2.299

A seguir, evidencia-se o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por setor econômico.

Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T17

R\$ milhões	4T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Econômico					
Administração Pública	1	0	1	0	-
Agronegócio de Origem Animal	93	23	35	109	185
Agronegócio de Origem Vegetal	272	55	94	449	185
Atividades Específicas da Construção	101	45	180	257	180
Automotivo	62	35	231	291	309
Bebidas	4	3	52	3	2
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	44	13	61	316	154
Comércio varejista	191	75	185	471	262
Construção Pesada	39	26	245	155	81
Couro e Calçados	15	7	23	56	28
Demais Atividades	0	0	0	1	0
Eletroeletrônico	45	23	89	231	177
Energia Elétrica	718	5	64	6	1
Imobiliário	537	475	585	629	256
Instituições e Serviços Financeiros	118	2	1	41	1
Insumos Agrícolas	65	41	39	103	87
Madreiro e Moveleiro	34	20	77	178	125
Metalurgia e Siderurgia	218	176	389	298	319
Papel e Celulose	35	44	26	88	41
Petroleiro	82	36	208	284	116
Químico	37	21	49	124	69
Serviços	208	84	223	550	278
Telecomunicações	5	11	29	23	2.695
Textil e Confecções	69	41	92	324	201
Transportes	244	59	173	388	129
Total	3.235	1.318	3.152	5.375	5.884

Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T17

R\$ milhões	3T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Econômico					
Administração Pública	1	0	0	0	0
Agronegócio de Origem Animal	39	13	66	220	92
Agronegócio de Origem Vegetal	163	41	409	204	182
Atividades Específicas da Construção	139	59	138	376	175
Automotivo	215	82	128	547	177
Bebidas	17	3	3	16	3
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	95	25	78	331	188
Comércio varejista	187	77	228	578	242
Construção Pesada	212	194	66	213	45
Couro e Calçados	24	8	38	59	29
Demais Atividades	0	0	0	2	1
Eletroeletrônico	80	45	164	227	189
Energia Elétrica	620	1	9	9	2
Imobiliário	628	414	517	812	246
Instituições e Serviços Financeiros	121	1	38	3	1
Insumos Agrícolas	40	15	75	119	96
Madreiro e Moveleiro	79	28	94	221	138
Metalurgia e Siderurgia	195	346	207	305	322
Papel e Celulose	33	12	54	93	51
Petroleiro	64	44	81	358	113
Químico	60	16	60	160	69
Serviços	253	121	312	668	351
Telecomunicações	25	2	12	2.711	16
Textil e Confecções	84	89	160	385	188
Transportes	186	116	212	773	142
Total	3.561	1.750	3.148	9.390	3.059

Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T17

R\$ milhões	2T17				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Econômico					
Administração Pública	0	0	0	0	0
Agronegócio de Origem Animal	95	42	99	213	89
Agronegócio de Origem Vegetal	269	96	281	272	155
Atividades Específicas da Construção	194	84	300	454	248
Automotivo	142	57	281	565	173
Bebidas	5	2	11	10	4
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	86	31	273	238	189
Comércio varejista	230	126	393	670	237
Construção Pesada	86	27	247	181	52
Couro e Calçados	31	17	36	84	34
Demais Atividades	0	0	1	1	1
Eletroeletrônico	91	82	147	268	195
Energia Elétrica	5	8	4	10	1
Imobiliário	521	336	526	574	199
Instituições e Serviços Financeiros	40	1	2	4	3
Insumos Agrícolas	50	33	62	149	95
Madeiro e Moveleiro	98	44	150	262	161
Metalurgia e Siderurgia	196	204	213	401	365
Papel e Celulose	43	27	78	108	56
Petroleiro	89	42	420	540	107
Químico	62	26	101	205	113
Serviços	346	147	443	764	363
Telecomunicações	16	5	17	2.715	20
Textil e Confecções	137	73	238	416	206
Transportes	348	270	691	340	156
Total	3.181	1.781	5.013	9.443	3.221

A próxima tabela apresenta o fluxo de operações baixadas para prejuízo, segmentado por setor econômico.

Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico

R\$ milhões	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Setor Econômico (Ingresso)					
Administração Pública	0,03	0,14	0,01	0,00	0,04
Agronegocio De Origem Animal	77,28	61,77	36,29	139,70	61,59
Agronegocio De Origem Vegetal	189,58	293,31	247,12	394,88	300,69
Atividades Específicas Da Construção	256,82	366,04	225,27	343,48	266,75
Automotivo	245,78	263,66	283,50	340,30	376,76
Bebidas	5,12	6,97	5,16	7,18	4,85
Comércio Atacadista E Industrias Diversas	103,42	173,53	78,86	151,84	108,53
Comércio Varejista	363,83	436,28	336,51	447,51	346,42
Demais Atividades	13,81	4,06	3,95	11,31	9,70
Construção Pesada	100,26	149,16	72,05	79,10	71,31
Couro E Calçados	44,42	61,82	47,44	52,18	48,08
Eletroeletronico	183,80	164,72	143,74	225,98	175,04
Energia Eletrica	8,82	3,05	6,72	6,76	295,11
Imobiliário	372,70	271,17	275,35	199,90	188,48
Insumos Agrícolas	94,83	84,74	48,74	79,84	52,25
Madeiro E Moveleiro	162,84	200,18	156,18	216,28	142,29
Metalurgia E Siderurgia	217,76	321,08	201,94	293,29	274,92
Papel E Celulose	57,88	91,47	66,18	88,73	71,08
Petroleiro	159,58	151,21	119,69	348,94	115,13
Quimico	114,72	144,77	98,01	149,20	119,02
Servicos	555,20	512,15	416,40	576,76	408,21
Telecomunicacoes	25,32	22,35	36,83	22,78	27,82
Têxteis E Confecções	248,24	283,97	221,77	311,31	247,38
Transporte	611,58	232,41	154,88	237,00	190,11
Total	4.213,60	4.300,01	3.282,59	4.724,22	3.901,56
Outros					
Pessoa física	2.541,42	1.940,68	1.850,03	1.662,24	2.037,13
Total	6.755,02	6.240,69	5.132,62	6.386,46	5.938,69

A tabela seguinte apresenta o montante de provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), segmentado por setor econômico e sua variação trimestral.

Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações

R\$ milhões						
Setor Econômico	*Var.	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
	Trimestral (%)					
Administração Pública	20,75	4	3	3	3	6
Agronegócio de Origem Animal	(11,59)	411	465	480	454	525
Agronegócio de Origem Vegetal	(2,87)	1.643	1.691	1.700	1.637	1.850
Atividades Específicas da Construção	(4,21)	1.043	1.089	1.202	1.189	1.250
Automotivo	(3,65)	1.168	1.212	1.286	1.288	1.307
Bebidas	(0,34)	76	76	41	36	33
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	(7,09)	617	664	736	688	676
Comércio Varejista	(11,72)	1.218	1.380	1.536	1.560	1.629
Construção Pesada	8,73	834	767	878	834	923
Couro e Calçados	(11,67)	141	159	181	193	199
Demais Atividades	(54,95)	1	3	3	2	7
Eletr eletrônico	(13,96)	642	746	743	716	769
Energia Elétrica	3,88	345	332	170	191	230
Imobiliário	4,61	2.690	2.571	2.267	1.931	1.713
Instituições e Serviços Financeiros	35,10	183	136	81	79	111
Insumos Agrícolas	(8,40)	367	401	464	438	413
Madeireiro e Moveleiro	(17,48)	472	573	659	683	733
Metalurgia e Siderurgia	10,72	1.686	1.523	1.803	1.854	1.826
Papel e Celulose	(8,29)	225	245	315	310	318
Petroleiro	(29,19)	973	1.375	1.520	1.355	1.561
Químico	(11,76)	396	448	568	560	581
Serviços	(3,86)	2.044	2.126	2.279	2.238	2.306
Telecomunicações	(0,06)	1.229	1.230	955	954	963
Textil e Confecções	(10,44)	944	1.054	1.154	1.136	1.208
Transportes	(23,66)	1.545	2.024	2.005	1.901	1.585
TOTAL	(6,26)	20.899	22.295	23.028	22.228	22.720

* Variação referente ao 3T17.

Destaca-se, a seguir, a evolução das exposições ao risco de crédito, observadas as definições da Circular Bacen nº 3.644/13, segmentadas por Fator de Ponderação de Risco (FPR), juntamente com a exposição média nos trimestres.

Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR

R\$ mil					
Exposição por FPR	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
FPR 0%	7.630	8.416	148.872	149.350	146.293
FPR 20%	1.579.895	345.081	322.427	191.302	660.278
FPR 35%	39.386.359	38.582.756	38.115.489	37.007.187	36.562.820
FPR 50%	7.477.739	8.267.300	8.963.553	9.689.036	11.467.343
FPR 75%	231.232.123	241.728.255	245.926.444	240.230.627	245.702.481
FPR 85%	156.370.371	157.376.404	168.023.726	167.129.082	172.525.796
FPR 100%	134.436.575	123.583.581	125.042.204	127.131.471	129.394.718
Total⁽¹⁾	570.490.692	569.891.793	586.542.716	581.528.056	596.459.728
Exposição Média do Trimestre⁽²⁾	570.162.204	572.546.086	581.603.698	584.377.858	603.937.597

(1) Contempla operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte

O Banco do Brasil admite assumir exposições a risco de crédito da contraparte com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.

Desse modo, as exposições a risco de crédito da contraparte concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de *descumprimento*, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, tais como o risco do emissor do ativo adjacente, a volatilidade do ativo, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos

ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, o Banco do Brasil segue o exposto na Circular Bacen nº 3.068/01, considerando tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do Patrimônio Líquido (PL), conforme a classificação da exposição.

Apresenta-se, a seguir, o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.

Tabela 35 - Valor nocional de contratos a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central

R\$ mil						
Negociação em Bolsa	Contraparte	4T17*	3T17*	2T17*	1T17*	4T16*
Contratos de futuros		5.629.178	8.964.688	7.270.990	5.761.290	12.675.733
Compromissos de compra	B	5.629.178	8.964.688	7.270.990	5.761.290	12.675.733
Mercado de Opções		125.664	205.231	184.115	172.894	194.283
Posição Comprada	B	125.664	205.231	184.115	172.894	194.283

Obs: Contraparte (B) = Bolsa

*A partir do 1T16 considera-se a série com consolidação do Banco Votorantim pelo MEP

Na próxima tabela, demonstra-se o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segmentados entre aqueles que apresentam ou não garantias.

Tabela 36 - Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte sem atuação de câmaras de compensação como contraparte central

R\$ mil						
	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	
sem garantias						
Operações de Derivativos	7.576.540	6.780.483	6.396.885	7.758.922	9.336.844	
Operações de Câmbio	382.993	73.319	295.219	217.594	395.360	
com garantias						
Operações de Derivativos	6.534.130	7.510.933	5.878.436	4.546.664	6.916.975	
Operações de Câmbio	661.480	-	1.705.508	-	1.637.802	
Operações Compromissadas	616.116.940	787.418.243	845.993.996	782.544.438	616.926.346	

Na próxima tabela, é demonstrado o valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definidos na Resolução CMN nº 3.263/05.

Tabela 37 - Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte

R\$ mil					
	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Valor Positivo Bruto	699.961	860.965	925.590	1.107.615	1.631.532
Derivativos	653.861	783.958	882.084	1.040.463	1.612.563
Câmbio	7.903	16	4.084	779	1.074
Compromissadas	38.197	76.991	42.422	66.373	17.895

A seguir, é apresentado o valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos, conforme art. 9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13:

- sejam mantidas ou custodiadas na própria Instituição;

- b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da Instituição depositária; e
- d) estejam imediatamente disponíveis para a Instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Tabela 38 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Recursos Internalizados	377.674.132	420.728.189	449.767.373	410.555.074	374.756.453
Títulos Públicos Federais	278.189.400	311.706.161	331.951.149	317.554.603	312.647.135
Total	655.863.532	732.434.350	781.718.522	728.109.677	687.403.588

De acordo com a classificação dos tipos de garantias aceitas pelo Bacen, foram identificadas aquelas que atendem às condições estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.678/13, sendo que, para efeitos de cálculo da garantia, foi considerado o valor comprometido como garantia para a operação vinculada.

A seguir, demonstra-se a exposição global ao risco de crédito da contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e o valor de garantias recebidas.

Tabela 39 - Valor das garantias que atendam cumulativamente os requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Risco de Crédito de Contraparte					
Valor de Garantias Recebidas	659.378.218	732.434.350	781.718.522	728.109.677	687.403.588
Exposição Global ⁽¹⁾	116.744.411	117.823.211	123.523.461	109.108.310	97.945.031

(1) Líquido dos efeitos do valor de garantias.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O BB tem por política realizar a cessão de créditos de operações não performadas, registradas em perdas e de risco integral do Banco. Uma vez esgotados todos os procedimentos definidos no processo de cobrança e recuperação de créditos e as operações selecionadas terem atingido o ponto de economia, ou seja, sopesada relação custo/benefício, não se justifica manter as operações em cobrança dentro do banco comercial.

A cessão de créditos também é utilizada pontualmente para alienar créditos específicos, quando identificada como alternativa viável de sua recuperação, ainda que parcial.

Destaca-se que, no 4º Trimestre de 2017, não houve cessão de créditos para a Ativos S.A.

Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Quantidade de operações (em milhar)	-	334	895	-	38
Valor	-	1.224.879	2.848.624	-	1.240.133

Obs.: Os dados referem-se a cessões efetuadas à Ativos S. A. Valor de perdas da carteira

O BB não possui exposições nas seguintes categorias:

- a) exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios;

- b) exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- c) exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

A seguir, são apresentados os valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação.

Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação

R\$ mil	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Retenção de riscos em operações de crédito - Operações baixadas	4.277	4.646	4.689	4.740	4.764

Os procedimentos para a aquisição de ativos financeiros possuem similaridade ao padrão adotado pelo mercado, contemplando a avaliação do risco de crédito da Instituição cedente, das operações adquiridas e respectivos clientes devedores. As aquisições de ativos financeiros têm por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, e normas vinculadas, a partir de janeiro de 2012, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos financeiros adquiridos.

Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
a) Por tipo de Exposição	10.279	12.517	12.558	12.697	15.089
Pessoa Física - Consignado	357	448	589	734	906
Pessoa Física - Veículos	9.922	12.069	10.969	11.963	14.183
b) Por tipo de Cedente	10.279	12.517	11.558	12.697	15.089
Instituições Financeiras	10.279	12.517	11.558	12.697	15.089

Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
a) Por tipo de Exposição	-	0,1	0,3	0,9	1,6
Pessoa Física - Consignado	-	-	0,2	0,4	0,6
Pessoa Física - Veículos	-	0,1	0,1	0,5	1
b) Por tipo de Cedente	-	0,1	0,3	0,9	1,6
Instituições Financeiras	-	0,1	0,3	0,9	1,6

6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo BB são classificados segundo as categorias abaixo:

- a) categoria I - títulos para negociação - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- b) categoria II - títulos disponíveis para venda - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III; e
- c) categoria III - títulos mantidos até o vencimento - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

A seguir, são apresentadas as exposições referentes a títulos oriundos de processo de securitização:

- a) modalidades de títulos:

- i. Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios. São os direitos e títulos representativos de direitos originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, bem como em outros ativos financeiros e modalidades de investimentos admitidos nos termos das Instruções CVM nº 356/01 e 444/06;
 - ii. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) - são títulos de renda fixa lastreados em créditos imobiliários - fluxo de pagamentos de contraprestações de aquisição de bens imóveis ou de aluguéis - emitidos por sociedades securitizadoras.
- b) tipo de crédito que lastreia a emissão:
- i. FIDC - financiamento de veículos, recebíveis de fluxo de caixa de empresa, debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário, letras de crédito imobiliário, notas de crédito à exportação e outros direitos creditórios;
 - ii. CRI - operações de crédito imobiliário.
- c) classe do título:
- i. FIDC e CRI - quota classe sênior.

Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI

R\$ mil	4T17		3T17		2T17		1T17		4T16	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FIDC	6	1.461.177.715	6	1.480.829.957	6	1.491.496.005	6	1.505.359.618	6	1.503.077.438
CRI - Cat. 2	8	199.827.144	8	201.209.781	8	202.252.073	9	287.794.978	9	345.056.678
CRI - Cat. 3	3	177.481.928	3	156.948.249	4	159.827.117	4	253.749.374	4	147.533.374
TOTAL	17	1.838.486.787	17	1.838.987.987	18	1.853.575.195	19	2.046.903.971	19	1.996.121

Obs: As informações abrangem as agências do BB no Brasil e no exterior (BB - Banco Múltiplo).

6.2. Risco de Mercado

6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado

O Banco estabelece políticas e estratégias para a gestão do risco de mercado e para a gestão dos instrumentos financeiros derivativos, as quais determinam as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

No processo de gestão de risco de mercado, são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado

São utilizados, sistemas que garantem a gestão das posições registradas nas carteiras de negociação e de não negociação, bem como das operações destinadas ao cumprimento dos objetivos de *hedge* estabelecidos.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- a) Sensibilidades;

- b) Valor em Risco (VaR); e
- c) Estresse.

Por meio das métricas de Sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O VaR e o Estresse são métricas utilizadas para estimar perdas potenciais, sob condições rotineiras e extremas de mercado, respectivamente, dimensionadas diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica de VaR de riscos de mercado das exposições são classificados nas seguintes categorias:

- a) taxas de juros;
- b) taxas de câmbio;
- c) preços de ações; e
- d) preços de mercadorias (*commodities*).

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*.

6.2.3. Políticas de Hedge

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão do risco de mercado são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada, a fim de garantir efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações de cada jurisdição.

6.2.4. Derivativos

No Banco, os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para *hedge* de posições próprias, para atender às necessidades de seus clientes e para tomada de posições intencionais, considerando limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

As tabelas a seguir apresentam o total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentadas entre posições compradas e vendidas, segregado da seguinte maneira:

- a) operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria com contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior; e
- b) operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria sem contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior.

Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T17

R\$ mil		4T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		14.922.907	593.459	596.680	4.942.604	59.932	58.238	19.865.511	653.391	654.918
Taxa de Juros	Bolsa	3.924.393	--	--	--	--	--	3.924.393	--	--
	Balcão	1.769.395	134.546	144.472	--	--	--	1.769.395	134.546	144.472
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.695.165	--	--	--	--	--	1.695.165	--	--
	Balcão	7.358.098	318.393	322.648	4.942.604	59.932	58.238	12.300.703	378.325	380.886
Preço de Ações	Bolsa	123.483	138.942	123.483	--	--	--	123.483	138.942	123.483
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	10.312	8	1	--	--	--	10.312	8	1
	Balcão	42.060	1.570	6.076	--	--	--	42.060	1.570	6.076
Posição Vendida		10.979.643	(458.246)	(399.324)	17.557.038	(314.204)	(390.563)	28.536.681	(772.450)	789.887)
Taxa de Juros	Bolsa	1.469.982	--	--	9.316.471	--	--	10.786.453	--	--
	Balcão	2.043.968	(120.016)	(134.168)	--	--	--	2.043.968	(120.016)	(134.168)
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.321.124	--	--	--	--	--	1.321.124	--	--
	Balcão	6.045.440	(337.444)	(263.337)	8.240.567	(314.204)	(390.563)	14.286.008	(651.647)	(653.901)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	32.949	(49)	(9)	--	--	--	32.949	(49)	(9)
	Balcão	66.178	(737)	(1.810)	--	--	--	66.178	(737)	(1.810)
Posição Líquida		3.943.264	1.051.705	996.004	(12.614.434)	374.136	448.802	(8.671.170)	1.425.841	1.444.806

Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T17

R\$ mil		3T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		16.923.965	1.531.210	1.390.313	6.537.370	70.830	60.567	23.461.335	1.602.040	1.450.880
Taxa de Juros	Bolsa	4.247.833	--	--	--	--	--	4.247.833	--	--
	Balcão	3.710.940	1.084.120	1.076.028	--	--	--	3.710.940	1.084.120	1.076.028
Taxa de Câmbio	Bolsa	4.696.081	113	158	--	--	--	4.696.081	113	158
	Balcão	4.007.248	123.255	108.961	6.537.370	70.830	60.567	10.544.618	194.085	169.527
Preço de Ações	Bolsa	199.831	319.480	199.201	--	--	--	199.831	319.480	199.201
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	26.174	--	--	--	--	--	26.174	--	--
	Balcão	35.858	4.242	5.966	--	--	--	35.858	4.242	5.966
Posição Vendida		14.679.298	(1.512.436)	(1.404.085)	6.524.551	(334.477)	(315.542)	21.203.849	(1.846.914)	(1.719.627)
Taxa de Juros	Bolsa	1.716.766	--	--	--	--	--	1.716.766	--	--
	Balcão	3.655.380	(879.720)	(895.078)	228.081	--	--	3.883.461	(879.720)	(895.078)
Taxa de Câmbio	Bolsa	639.336	--	--	--	--	--	639.336	--	--
	Balcão	8.602.757	(630.318)	(504.898)	6.296.470	(334.477)	(315.542)	14.899.226	(964.796)	(820.440)
Preço de Ações	Bolsa	22.200	(712)	(2.380)	--	--	--	22.200	(712)	(2.380)
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	20.903	(101)	(155)	--	--	--	20.903	(101)	(155)
	Balcão	21.957	(1.585)	(1.575)	--	--	--	21.957	(1.585)	(1.575)
Posição Líquida		2.244.667	3.043.646	2.794.399	12.819	405.308	376.108	2.257.486	3.448.954	3.170.507

Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T17

R\$ mil		2T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		14.853.349	(6.056.078)	(12.992.152)	4.877.077	7.585.655	14.381.693	19.730.426	1.529.577	1.389.542
Taxa de Juros	Bolsa	3.973.906	--	--	--	--	--	3.973.906	--	--
	Balcão	2.284.611	787.117	775.692	--	--	--	2.284.611	787.117	775.692
Taxa de Câmbio	Bolsa	3.277.870	--	--	--	--	--	3.277.870	--	--
	Balcão	5.076.177	(7.158.164)	(13.927.578)	4.877.077	7.585.655	14.381.693	9.953.254	427.491	454.115
Preço de Ações	Bolsa	184.115	310.742	153.404	--	--	--	184.115	310.742	153.404
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	19.214	--	--	--	--	--	19.214	--	--
	Balcão	37.456	4.227	6.331	--	--	--	37.456	4.227	6.331
Posição Vendida		16.905.165	(1.410.822)	(1.281.916)	8.697.308	(684.876)	(688.043)	25.602.473	(2.095.698)	(1.969.960)
Taxa de Juros	Bolsa	1.407.882	--	--	--	--	--	1.407.882	--	--
	Balcão	3.484.987	(694.318)	(688.635)	33.002	--	--	3.517.989	(694.318)	(688.635)
Taxa de Câmbio	Bolsa	741.203	--	--	--	--	--	741.203	--	--
	Balcão	9.620.040	(711.940)	(586.897)	8.664.306	(684.876)	(688.043)	18.284.346	(1.396.816)	(1.274.940)
Preço de Ações	Bolsa	580	(14)	--	--	--	--	580	(14)	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	1.621.394	(238)	(182)	--	--	--	1.621.394	(238)	(182)
	Balcão	29.080	(4.312)	(6.202)	--	--	--	29.080	(4.312)	(6.202)
Posição Líquida		(2.051.816)	(4.645.257)	(11.710.235)	(3.820.231)	8.270.531	15.069.736	(5.872.048)	3.625.275	3.359.501

Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T17

R\$ mil		1T17								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		13.224.186	1.317.919	1.127.805	6.099.621	42.749	44.330	19.323.807	1.360.668	1.172.135
Taxa de Juros	Bolsa	3.797.288	--	--	--	--	--	3.797.288	--	--
	Balcão	2.832.872	558.331	558.540	--	--	--	2.832.872	558.331	558.540
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.953.455	--	--	--	--	--	1.953.455	--	--
	Balcão	4.417.484	458.359	388.015	6.099.621	42.749	44.330	10.517.105	501.107	432.344
Preço de Ações	Bolsa	172.894	298.102	172.894	--	--	--	172.894	298.102	172.894
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	10.546	--	--	--	--	--	10.546	--	--
	Balcão	39.647	3.127	8.357	--	--	--	39.647	3.127	8.357
Posição Vendida		15.667.168	(1.547.686)	(1.282.337)	10.805.804	(828.892)	(875.007)	26.472.972	2.376.578)	(2.157.343)
Taxa de Juros	Bolsa	2.509.423	--	--	--	--	--	2.509.423	--	--
	Balcão	2.841.498	(423.402)	(424.269)	69.887	--	--	2.911.385	(423.402)	(424.269)
Taxa de Câmbio	Bolsa	918.727	--	--	--	--	--	918.727	--	--
	Balcão	9.316.394	(1.121.923)	(852.253)	10.735.917	(828.892)	(875.007)	20.052.312	(1.950.815)	(1.727.259)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)										
	Bolsa	49.590	(206)	(379)	--	--	--	49.590	(206)	(379)
	Balcão	31.535	(2.155)	(5.436)	--	--	--	31.535	(2.155)	(5.436)
Posição Líquida		(2.442.982)	2.865.605	2.410.142	(4.706.183)	871.640	919.336	7.149.165)	3.737.245	3.329.478

Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16

R\$ mil		4T16								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		22.670.960	1.665.017	1.534.760	5.187.996	60.624	61.545	27.858.955	1.725.641	1.596.305
Taxa de Juros	Bolsa	3.767.529	--	--	--	--	--	3.767.529	--	--
	Balcão	4.590.057	821.079	845.682	--	--	--	4.590.057	821.079	845.682
Taxa de Câmbio	Bolsa	8.900.072	25	67	--	--	--	8.900.072	25	67
	Balcão	5.175.187	555.835	484.751	5.187.996	60.624	61.545	10.363.183	616.459	546.296
Preço de Ações	Bolsa	193.333	285.437	193.333	--	--	--	193.333	285.437	193.333
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	9.082	(25)	14	--	--	--	9.082	(25)	14
	Balcão	35.699	2.666	10.912	--	--	--	35.699	2.666	10.912
Posição Vendida		14.708.298	(1.187.147)	(842.915)	11.040.426	(933.610)	(1.027.476)	25.748.725	(2.120.757)	(1.870.390)
Taxa de Juros	Bolsa	1.264.307	(17.244)	(30.354)	--	--	--	1.264.307	(17.244)	(30.354)
	Balcão	2.767.938	(133.610)	164.126	111.061	--	--	2.878.999	(133.610)	(164.126)
Taxa de Câmbio	Bolsa	947.282	(2.679)	(176)	--	--	--	947.282	(2.679)	(176)
	Balcão	9.690.833	(1.032.700)	(647.865)	10.929.365	(933.610)	(1.027.476)	20.620.198	(1.966.310)	(1.675.341)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	32.233	101	(125)	--	--	--	32.233	101	(125)
	Balcão	5.706	(1.014)	(268)	--	--	--	5.706	(1.014)	(268)
Posição Líquida		7.962.661	2.852.164	2.377.674	(5.852.431)	994.234	1.089.021	2.110.231	3.846.397	3.466.696

6.2.5. Carteira de Negociação

A Carteira de Negociação é dividida em grupos e livros, sempre observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo ou livro.

Os principais tipos de limites utilizados para gestão de riscos de mercado são os de Valor em Risco (VaR) e teste de estresse.

No caso dos limites de VaR da Carteira de Negociação, tendo por objetivo evidenciar o nível de risco de mercado gerado pelas exposições e o respectivo impacto na exigência de capital para sua cobertura, são consideradas as métricas de VaR e de VaR Estressado.

Para mensuração do VaR da Carteira de Negociação, o Banco do Brasil adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

- a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:
 - i. VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11);
 - ii. VaR Estressado: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11); e
 - iii. Multiplicador: M, conforme previsto pela Circular Bacen nº 3.568/11.

A tabela seguinte discrimina o valor total da Carteira de Negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentada entre posições compradas e vendidas.

Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas

R\$ mil		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Fator de Risco						
Prefixado						
comprado		3.823.053	3.329.655	3.833.379	3.619.693	1.410.347
vendido		2.068.469	2.076.632	2.352.279	2.480.259	1.388.106
CDI/TMS/FACP						
comprado		325.094	271.865	238.734	214.801	328.093
vendido		-	-	-	-	171.170
Índice de Preço						
comprado		352.450	134.192	113.808	82.789	112.746
vendido		-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira/Ouro						
comprado		2.977.306	2.859.358	557.220	2.750.256	667.729
vendido		150.268	145.709	92.879	113.002	77.152
Ações						
comprado		-	-	71	-	-
vendido		-	-	-	-	-

Obs: Banco Patagonia incluído.

6.2.6. Carteira de Não Negociação

De forma excludente, as operações de posições próprias do Conglomerado Financeiro não classificadas na Carteira de Negociação são consideradas como componentes da Carteira de Não Negociação. Registra-se também que as posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Financeiro não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Em linha com as práticas de mercado e com as exigências dos órgãos reguladores, o BB define políticas de gestão de risco de mercado, incluindo o risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação. Estas políticas estão em linha com as diretrizes estratégicas da Instituição e com os objetivos gerais do processo de gestão e preveem:

- controle das exposições por meio do estabelecimento de limites;
- gerenciamento da carteira considerando a melhor relação risco e retorno e os cenários interno e externo;
- realização de operações para compensar os riscos decorrentes das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa dos ativos e passivos;
- gerenciamento da exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado da Instituição;
- avaliação dos impactos nas exposições quando da criação ou modificação de produtos e serviços; e
- realização mensal de testes de estresse das exposições ao risco de taxa de juros de *banking book*.

A Carteira de Não Negociação é dividida em grupos e livros, observando os normativos internos, aprovados pelo CSGRC, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo e livro.

O Banco do Brasil utiliza a métrica de *Economic Value of Equity* (EVE) para apuração do risco de taxa de juros do *banking book*.

O EVE consiste em estimar a variação do valor econômico dos ativos, passivos e instrumentos derivativos da Instituição, confrontando-se o valor obtido mediante a aplicação de um cenário de choque na taxa de juros doméstica com o valor apurado no cenário de taxas vigente.

Entre outros aspectos, destaca-se que a métrica de apuração do EVE:

- a) inclui todas as operações sensíveis à variação nas taxas de juros e utiliza técnicas de mensuração de risco e conceitos financeiros amplamente aceitos;
- b) considera dados relativos a taxas, prazos, preços, opcionalidades e demais informações adequadamente especificadas;
- c) demanda definição de premissas adequadas para transformar posições em fluxo de caixa;
- d) mensura a sensibilidade a mudanças na estrutura temporal das taxas de juros, entre as diferentes estruturas de taxas e nas premissas;
- e) está integrado às práticas diárias de gerenciamento de risco;
- f) permite a simulação de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- g) possibilita estimar a necessidade de capital para cobertura do risco.

Para tratamento dos produtos que não possuem vencimento definido, o Banco do Brasil adota métodos estatísticos e econométricos, referenciados na literatura, para análise de séries temporais, mais especificamente os métodos denominados Autorregressivos, Integrados e de Médias Móveis (ARIMA).

A tabela seguinte apresenta o impacto no resultado ou na avaliação do valor da Instituição em decorrência de choques nas taxas de juros, segmentado por fator de risco.

Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrencia de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia *Economic Value of Equity*.

R\$ mil	Resultado Hipotético (EVE)
Fator de Risco-Taxa de Juros	4T17
Taxa Pré-fixada de Juros	(11.653.421)
Dólar Americano	(210.539)
Euro	(7.576)
TR	6.568.593
TJLP	(145.504)
TBF	2.584
INPC	(413.682)
Outros	(1.193.142)

6.2.7. Mensuração do Risco de Mercado

O processo de mensuração do risco de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, o qual tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais para gestão do risco de mercado;
- b) simular cenários de mercado; e
- c) calcular medidas do risco de mercado.

Dentre as funções do aplicativo *Riskwatch*, destacam-se:

- a) calcular indicadores de risco de mercado, tais como Valor em Risco (VaR) e *duration*;
- b) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, mercados a mercado ou nominais;
- c) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;

- d) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- e) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação. O critério para classificação das operações na Carteira de Negociação é definido pelo CSGRC.

As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Prudencial não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Para o processo de gestão do risco de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CSGRC estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites Globais: aplicados às Carteiras de Negociação e de Não Negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao Risco de Taxas de Juros do *Banking Book* (RTJBB) e aprovados pelo CSGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são Valor em Risco (VaR), estresse e volume financeiro, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das Carteiras de Negociação e de Não Negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na Carteira de Não Negociação (RTJBB) e aprovados pelo CEGRC. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das Carteiras de Negociação e Não Negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos Comitês Estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do Relatório de Gestão de Riscos de Mercado e Painel de Riscos.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

6.3. Risco de Liquidez

6.3.1. Política Específica do Risco de Liquidez

O Banco estabeleceu política específica para a gestão do risco de liquidez, a qual determina as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

A Política Específica de Risco de Liquidez dispõe sobre a gestão do risco de liquidez das operações registradas no Ativo, Passivo e em Contas de Compensação praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, levando em consideração diferentes horizontes temporais e estimando as perdas associadas a diferentes cenários, internos e externos, inclusive cenários de estresse. Considera, ainda estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada de fontes de recursos, prazos de vencimentos e moedas e plano de contingência de liquidez.

6.3.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências (no Brasil e no exterior) e de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política Específica de Risco de Liquidez estabelecida para o Conglomerado Prudencial, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O processo de gestão de risco de liquidez envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às fases constantes no capítulo de processo de gestão dos riscos.

A gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a liquidez em moeda nacional (real) da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos:

- a) Projeções de Liquidez;
- b) Teste de Estresse;
- c) Limites de Risco de Liquidez; e
- d) Plano de Contingência de Liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da Instituição.

As Projeções de Liquidez permitem a avaliação prospectiva do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado.

Periodicamente, as Projeções de Liquidez são avaliadas sob cenários base e de estresse. Caso, em algum desses cenários, a projeção de liquidez situe-se abaixo do nível de liquidez adotado como limite, verifica-se o potencial de medidas de contingência, previamente identificadas, em prol da recuperação da liquidez da Instituição.

Ademais, o Banco do Brasil utiliza as seguintes métricas de limites de risco de liquidez:

- a) Reserva de Liquidez (RL);

- b) Colchão de Liquidez;
- c) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- d) Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

A Reserva de Liquidez (RL) é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

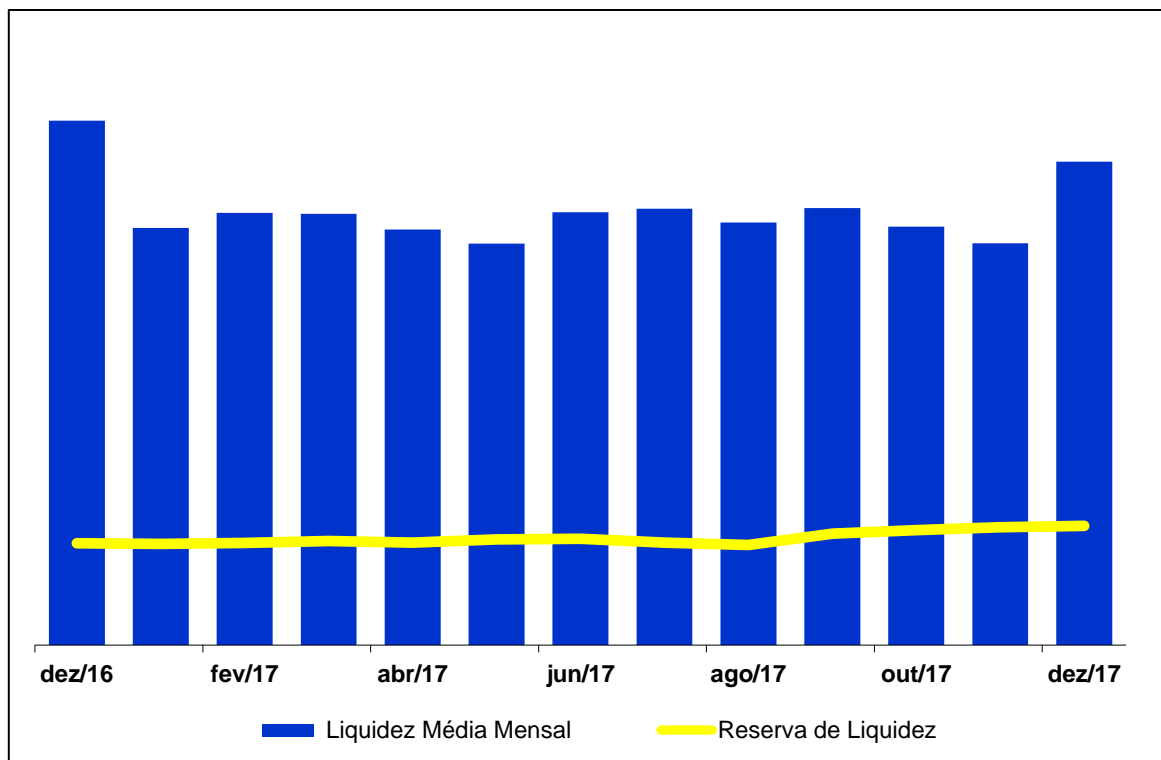


Figura 5 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional

A figura seguinte apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.

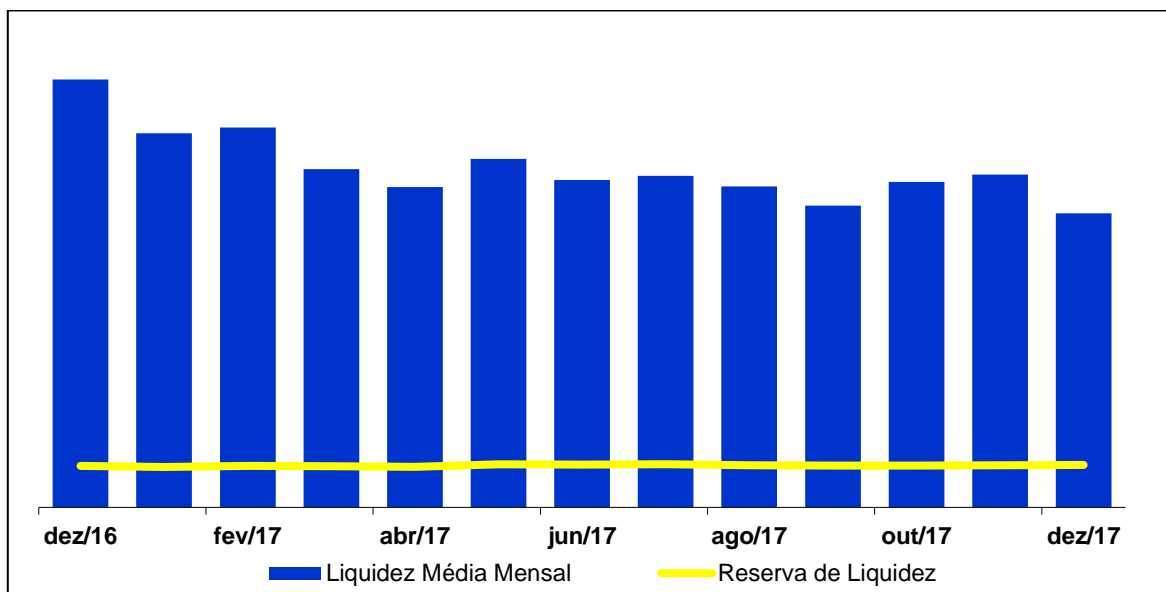


Figura 6 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira

O Colchão de Liquidez visa monitorar diariamente a liquidez observada, em complemento ao monitoramento diário das projeções de liquidez em seus diversos cenários: base e estresse, realizados com a utilização do limite da Reserva de Liquidez.

O Indicador DRL, utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual, visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez com recursos estáveis.

O limite do DRL, utilizado na orientação da execução e do planejamento do orçamento de acordo com as metas de captação e aplicação, é definido anualmente pelo CEGRC e seu monitoramento ocorre sob periodicidade mensal.

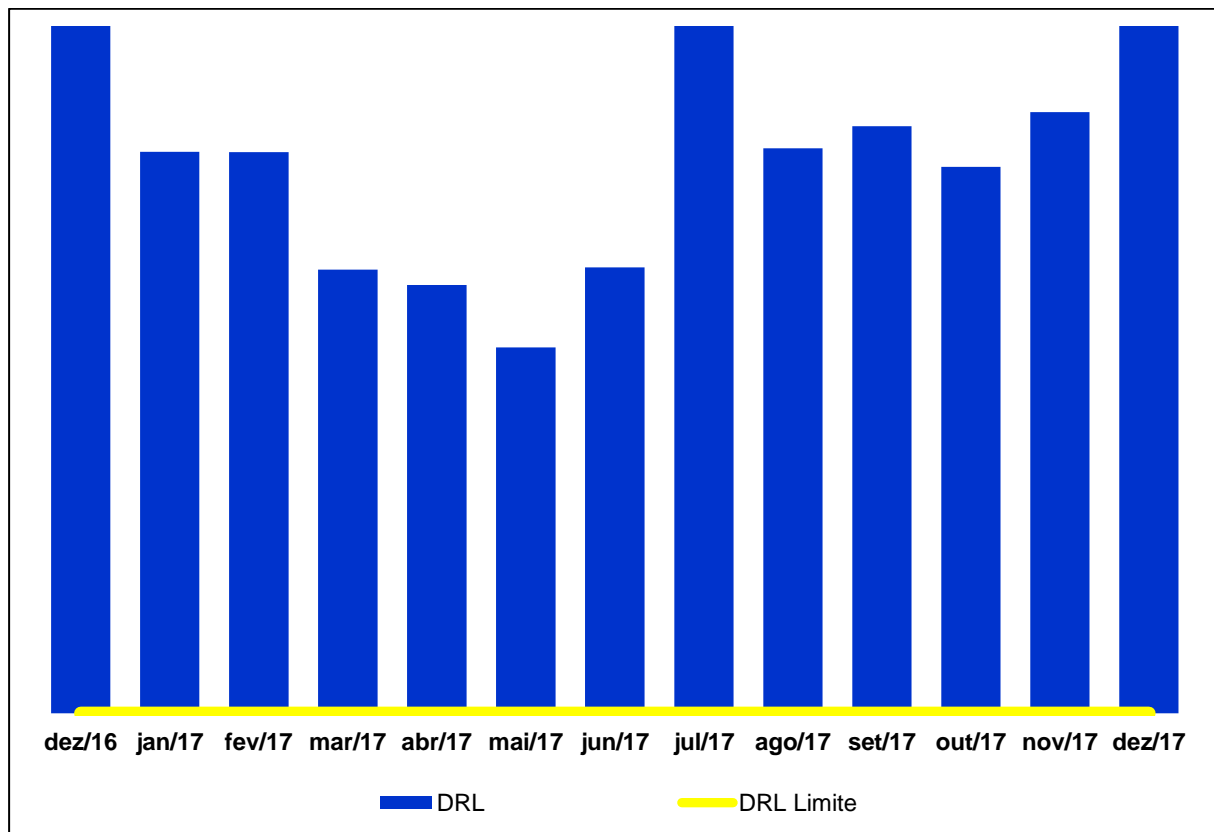


Figura 7 - Indicador DRL

O Plano de Contingência de Liquidez, por sua vez, estabelece conjunto de procedimentos e responsabilidades a ser adotado em situações de estresse de liquidez. Em caso de estresse de liquidez, poderão ser adotadas uma ou mais medidas de contingência no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da Instituição. O potencial das medidas de contingência de liquidez é mensurado mensalmente.

A Reserva de Liquidez e o indicador LCR são utilizados como parâmetro para identificação de estados de risco de liquidez e acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, sendo monitorados diariamente.

6.3.3. Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) é exigido para instituições financeiras enquadradas no segmento S1, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.401/15.

O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), por meio da Circular nº 3.749/15, alinhado às

diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar um cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

O cenário de estresse padronizado utilizado na apuração do LCR considera choques idiossincráticos e de mercado que resultam em:

- a) perda parcial das captações:
 - i. de varejo;
 - ii. de atacado sem colateral;
- b) perda parcial na capacidade de captar recursos de curto prazo;
- c) saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- d) aumento da volatilidade de preços, taxas ou índices que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições de derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- e) saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito e liquidez concedidas; e
- f) necessidade potencial do banco ter de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais visando mitigar seu risco reputacional.

Em termos funcionais, matematicamente, o LCR corresponde à razão entre o estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) e o total das saídas de caixa previstas para um período de 30 dias, conforme fórmula abaixo:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas Líquidas de Caixa = Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa
Entradas de Caixa limitadas a 75% das Saídas de Caixa

O HQLA é composto por ativos que se mantêm líquidos no mercado durante períodos de estresse, que sejam fácil e imediatamente convertidos em espécie, mediante nenhuma ou pouca perda, estejam livres de impedimento, apresentando baixo risco e cujo apreçamento seja fácil e certo. Ou seja, que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos pelo regulador (Circular 3.749 de 05/03/2015).

As Saídas Líquidas de Caixa representam a diferença entre Saídas de Caixa e Entradas de Caixa. As Saídas de Caixa são estimadas pela multiplicação dos saldos das várias categorias de obrigações e compromissos, registrados no passivo ou fora do balanço, por fatores de ponderação. As Entradas de Caixa são estimadas a partir da multiplicação, por fatores de ponderação, dos saldos das várias categorias de valores adimplentes a receber pela instituição e para os quais não espere descumprimento da contraparte nos próximos 30 dias.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implantação do LCR no Brasil, em que a exigência mínima do indicador vai aumentando gradativamente até atingir 100% a partir de janeiro de 2019.

Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR

	Out/15	Jan/16	Jan/17	Jan/18	Jan/19
LCR mínimo	60%	70%	80%	90%	100%

Os valores da tabela a seguir, relativos ao 4º trimestre/2017, foram obtidos a partir da média simples das 61 observações diárias apuradas e enviadas ao Bacen no período de outubro a dezembro de 2017.

Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	4T17		3T17	
	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		116.271.347		114.274.582
Saídas de Caixa				
2 Captações de Varejo, das quais:	329.084.143	22.926.057	333.161.762	21.757.290
3 Captações estáveis	223.977.375	11.198.869	222.147.941	9.706.428
4 Captações menos estáveis	105.106.768	11.727.188	111.013.821	12.050.862
5 Captações de Atacado não Colateralizadas, das quais:	66.857.624	31.513.834	73.209.156	31.184.347
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	-	-	-	-
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	58.722.366	23.378.576	68.273.648	26.248.839
8 Demais captações de atacado não colateralizadas	8.135.258	8.135.258	4.935.508	4.935.508
9 Captações de Atacado Colateralizadas		12.979.378		9.262.273
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	80.578.424	13.103.176	75.121.248	9.657.883
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	4.340.434	4.340.434	841.948	841.948
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.266.246	2.266.246	2.460.922	2.460.922
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	73.971.744	6.496.496	71.818.377	6.355.012
14 Outras obrigações Contratuais	27.528.229	27.528.229	28.399.053	28.399.053
15 Outras obrigações contingentes	8.532.228	2.268.333	7.764.816	1.896.412
16 Total de saídas de caixa		110.319.007		102.157.257
Entradas de Caixa				
17 Empréstimos Colateralizados	243.711.035	-	284.067.101	-
18 Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	24.610.032	12.621.035	25.997.729	12.723.962
19 Outras entradas de caixa	54.063.356	48.122.082	51.495.357	45.511.364
20 Total de entradas de caixa	322.384.424	60.743.117	361.560.187	58.235.325
		Valor Total Ajustado ³		Valor Total Ajustado ³
21 Total de HQLA		116.271.347		114.274.582
22 Total de saídas de líquidas de caixa		49.575.890		43.921.931
23 LCR (%)		234,5%		260,2%

(1) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

(2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

(3) Corresponde ao valor calculado após aplicação dos fatores de ponderação e dos limites (Nível 2 e 2B e outras entradas de caixa).

Na média do 4º trimestre de 2017 o LCR do Banco do Brasil ficou em 234,5%, ante os 260,2% apurados no trimestre anterior. A variação no período deve-se principalmente à gestão da liquidez do Conglomerado.

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA), que são representados, na sua maioria, por títulos públicos federais brasileiros, além dos valores considerados como retorno de reservas compulsórias recolhidas no Banco Central do Brasil, atingiram R\$ 116,3 bilhões na média do 4º trimestre/2017. No 3º trimestre de 2017 havia sido apurado o montante de R\$ 114,3 bilhões.

As Saídas de Caixa, considerando o cenário de estresse regulatório, atingiram o montante médio de R\$ 110,3 bilhões no 4T17, onde destacamos (aproximadamente 74%):

- captações de varejo e de atacado não colateralizadas, conforme itens 2 e 5 da tabela; e
- pagamentos de cartões de crédito a lojistas, conforme item 14 da tabela.

No trimestre anterior as Saídas de Caixa haviam totalizado o montante de R\$ 102,2 bilhões.

As Entradas de Caixa registraram R\$ 60,7 bilhões na média do 4T17. Destaca-se o valor de R\$ 12,6 bilhões referente ao fluxo de entradas das operações de crédito, que representam 21% do total das Entradas de Caixa (conforme item 18). No trimestre anterior as Entradas de Caixa atingiram R\$ 58,2 bilhões.

Assim, pode-se observar que o Banco do Brasil possui ativos líquidos suficientes para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

A apuração do indicador LCR do BB apresenta algumas limitações, onde destacamos:

- a) ausência de valores dados ou recebidos em garantia e margem de garantia dos instrumentos financeiros derivativos;
- b) completude das instituições do Conglomerado Prudencial (o cálculo atual considera mais de 99% desta visão em termos de ativos totais);
- c) ausência de saídas de caixa referentes a operações de formador de mercado;
- d) segregação das entradas de caixa referente a crédito direcionado em operações que devem ser e que não devem ser redirecionadas em 30 dias;
- e) segregação das entradas de caixa referente à depósitos do Banco em depósitos relacionados e não relacionados ao financiamento do comércio exterior (*trade finance*);

Está em curso plano de ação visando os ajustes necessários.

6.3.4. Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos, do aplicativo *Riskwatch* e da ferramenta SAS, que tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- b) fornecer medidas do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

As funções em destaque do aplicativo *Riskwatch* são as mesmas citadas para o risco de mercado.

A ferramenta SAS é responsável pela apuração atual do indicador de liquidez de curto prazo (LCR). Para tal, combina extrações oriundas dos sistemas de grande porte, por meio do sistema Gestão do Risco de Liquidez (GRL), com tabelas corporativas, para cálculo do indicador.

O sistema GRL é a solução corporativa de grande porte em desenvolvimento que engloba todas as etapas de apuração e reporte do indicador LCR, desde a extração de dados, classificações e parametrizações necessárias até a geração da *template* para envio das informações ao Banco Central.

A mensuração e condições de reporte dos instrumentos de gestão adotados no processo de gestão de risco de liquidez são realizadas conforme os modelos e metodologias aprovados pelos comitês estratégicos de risco.

A Diris apura diariamente junto aos gestores de liquidez (Brasil e exterior) o consumo dos limites estabelecidos. Na ocorrência de extrapolações, as mesmas são tratadas

conforme a governança estabelecida, compreendendo tanto o Fórum de Liquidez quanto os comitês estratégicos de risco.

A comunicação da gestão do risco de liquidez para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias dos comitês estratégicos de riscos, a exemplo do Painel de Riscos.

No que tange à avaliação da necessidade de capital, não é prática a alocação de capital para cobertura do risco de liquidez. Os efeitos do risco de liquidez dão-se na disponibilidade de caixa, mesmo que a Instituição tenha estrutura de capital robusta.

6.4. Risco Operacional

O Banco do Brasil realiza a gestão do risco operacional segregando as funções de gestão de riscos e de negócios e adotando boas práticas em gestão de riscos, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação bancária.

Possui estrutura de gerenciamento do risco operacional e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, e compatíveis com o seu modelo de negócio e a complexidade dos seus processos, produtos e serviços.

Alinhado a estratégia para redução de perdas operacionais e de forma a manter o nível de exposição ao risco operacional adequado ao apetite e tolerância estabelecido é definido anualmente um Limite Global, que é segmentado em Limites Específicos, distribuídos pelas categorias de risco operacional e pelos gestores responsáveis pela gestão desses riscos.

A governança do risco operacional envolve o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC) e o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC).

6.4.1. Política Específica do Risco Operacional

O Banco adota Política Específica de Risco Operacional que contém orientações às diversas áreas visando garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional. Espera-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

Dispõe ainda, de outras políticas que compõem a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional:

- a) Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção;
- b) Gestão da Continuidade de Negócios;
- c) Relacionamento do Banco com Fornecedores;
- d) Risco Legal; e
- e) Segurança da Informação.

6.4.2. Processos de Gestão do Risco Operacional

Os papéis e responsabilidades para o gerenciamento do risco operacional são definidos de acordo com o Modelo Referencial de Linhas de Defesa que envolvem toda a Organização em seus diversos níveis.

A 1ª Linha é composta pela cadeia produtiva da organização, sendo responsável por identificar os riscos dos seus processos, produtos e serviços, estabelecer os controles para mitigá-los e monitorar sua efetividade e desempenho.

A 2ª Linha de Defesa está organizada para: assessorar os gestores de 1ª Linha na identificação e mitigação de riscos; avaliar os riscos identificados, através da quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de considerar o impacto nos negócios do Banco; mensurar e controlar a exposição do Banco; monitorar a adequação e a eficácia da gestão do risco operacional; e reportar seus resultados.

A 3ª Linha de Defesa é a Auditoria Interna, responsável pela avaliação independente da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos.

A identificação dos riscos conta com dicionário corporativo de risco operacional que possui inventário dos riscos operacionais aos quais o Banco pode estar exposto, de forma a padronizar a taxonomia dentro da organização. Os riscos são identificados pelos gestores, na primeira linha de defesa, e avaliados pela área de controles internos (segunda linha de defesa), onde são classificados quanto ao seu impacto e vulnerabilidade. Para os riscos de maior criticidade são propostos planos de ação visando sua mitigação. São realizadas periodicamente reavaliações desses riscos visando avaliar a efetividade das ações implementadas.

O Painel de Risco Operacional é o instrumento utilizado para realizar a gestão de perdas operacionais e acompanhar o enquadramento ao Limite Global e Limites Específicos estabelecidos, sendo reportado mensalmente ao CEGRC e CSGRC, e trimestralmente levado ao conhecimento do CA. O painel apresenta posição mensal e anual, com o respectivo detalhamento dos Limites, acompanhamento do histórico de perdas operacionais e principais ocorrências por categoria.

A tabela a seguir apresenta o acompanhamento das perdas operacionais do Banco, realizada por categorias de eventos de risco, em termos percentuais:

Tabela 54 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda

	4T17	3T17	2T17	1T17	4T16
Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Serviços	52,38%	48,90%	19,94%	50,12%	52,02%
Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho	31,57%	37,96%	56,15%	32,69%	29,23%
Fraudes e Roubos Externos	12,31%	11,06%	21,11%	14,37%	14,23%
Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos	2,64%	-0,77%	1,23%	1,73%	4,18%
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	0,63%	2,52%	0,19%	0,06%	0,05%
Fraudes e Roubos Internos	0,47%	0,32%	1,37%	1,01%	0,27%
Falhas de Sistemas e Tecnologia	0,00%	0,01%	0,00%	0,02%	0,02%
Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

6.5. Risco Socioambiental

6.5.1. Política Específica de Responsabilidade Socioambiental

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.327, de 25.04.2014, e do Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária) nº 14, de 28.08.2014, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Banco do Brasil instituiu sua Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA).

A PRSA orienta o comportamento do Banco que, por sua vez, pautado pelos princípios da relevância, proporcionalidade e eficiência, se compromete a envidar esforços para colaborar com as empresas controladas, coligadas e simples participações, a fim de que definam seus direcionamentos a partir destas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

As Políticas Específicas de Crédito e de Relacionamento do Banco com Fornecedores também possuem orientações de natureza socioambiental.

6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

O Banco adota estrutura de governança e gestão do risco socioambiental compatíveis com o seu porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem por objetivo identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental e contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

No modelo de gestão do risco socioambiental, Diretorias e Unidades intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão para que a Diris possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

O Banco conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental pautados pelo(a)(s): Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), Agenda 30, Fórum de Sustentabilidade e Princípios do Equador.

6.6. Outros Riscos

No modelo de gestão dos riscos de estratégia, de reputação, de EFPPS e legal as diretorias intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão, para que a área de risco possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração. O reporte e controle desses riscos é realizado periodicamente e os resultados são comunicados às instâncias competentes.

6.6.1. Risco de Estratégia

O Banco define o risco de estratégia como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão estratégica.

A estrutura de gerenciamento do risco de estratégia segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da Estratégia no Banco do Brasil, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de estratégia orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores, que refletem o nível de risco de estratégia incorrido pela Instituição. O monitoramento desses indicadores é efetuado por meio de limites de pré-estabelecidos, com reporte à alta administração, visando garantir a permanência do risco dentro do nível aceitável.

Como forma de promover o gerenciamento proativo para a tomada de decisão, também são acompanhados os movimentos estratégicos do Banco, cuja classificação de risco é atribuída de forma faseada em três momentos, previamente à aprovação, na fase de desenvolvimento/ implementação, e na fase após implementado.

O acompanhamento da performance e dos riscos estratégicos desses movimentos, associado à análise de cenários, qualifica a tomada de decisão e viabiliza a correção de rumos, quando necessário.

Além dos cenários macroeconômicos e da indústria financeira, também são considerados cenários idiossincráticos, com o objetivo de melhor avaliar ameaças e oportunidades de mercado, forças e fraquezas internas, para mitigar riscos em decisões estratégicas. Adicionalmente, também são definidos cenários de alta severidade, utilizados semestralmente, para fins de testes de estresse de risco de estratégia.

6.6.2. Risco de Reputação

O Banco define o risco de reputação como a possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Esse conceito é subdividido nas categorias “negócios e relacionamentos” e “controles e conformidade”.

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da marca, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de reputação orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de reputação incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, de forma a garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Na categoria “negócios e relacionamentos” são monitorados indicadores sobre a qualidade das menções veiculadas na imprensa, nas redes sociais, em aplicativos mobile, em canais de exposição de reclamações dos consumidores pela internet, pela pesquisas da experiência do cliente, bem como sobre a percepção dos investidores.

Na categoria “controles e conformidade” são monitorados indicadores relacionados à percepção dos reguladores, às ocorrências registradas na ouvidoria externa, à qualidade do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, às denúncias de corrupção, e ao atendimento do SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente).

Além do monitoramento de indicadores, o Banco executa testes de estresse de risco de reputação para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos, com periodicidade mensal.

6.6.3. Risco de EFPPS

O Risco de EFPPS, é definido pela possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.

O gerenciamento do risco é realizado com base em três dimensões: patrocinador, planos de previdência e planos de saúde. Para garantir a identificação e monitoramento dos aspectos que mais contribuem para o agravamento do risco, ativo e passivo são avaliados de forma segregada e recebem choques, de cenários de normalidade e estresse.

No processo de gestão, são utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas “faixas críticas”, cujo acompanhamento é reportado periodicamente à alta administração.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do Banco do Brasil, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

6.6.4. Risco Legal

A definição do risco operacional inclui o risco legal. Desta forma, os processos previstos para a gestão do risco operacional, detalhados no item 6.4, contemplam a exposição ao risco legal.

6.6.5. Risco de Modelo

6.6.5.1. Política Específica do Risco de Modelo

Esta Política orienta o Banco na gestão do risco de modelo, observando a possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção, que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Além disso, contribui para a disseminação da cultura de gestão de risco.

6.6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Modelo

A estrutura de gerenciamento do risco de modelo tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco, considerando a natureza das operações, complexidade dos produtos e processos e a dimensão da exposição a risco de modelo do Banco, com reportes à Alta Administração.

Diante do exposto, o Banco implementou estrutura específica para as atividades de avaliação e monitoramento de modelos, a qual é segregada das atividades de desenvolvimento, de validação independente e de Auditoria Interna, preservando a independência das linhas de defesa.

6.6.6. Risco de Contágio

O Banco do Brasil, na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial, possui estabelecido processo para supervisionar a estrutura de gestão de riscos das suas Entidades Ligadas (ELBB), garantindo a efetividade e a integridade do modelo empresarial ao instituir mecanismos de governança corporativa capazes de promover o alinhamento das diretrizes e atuação das entidades ligadas com as do conglomerado.

O processo de supervisão visa conhecer e analisar a governança corporativa de riscos das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB), de forma a possibilitar a identificação e acompanhamento de seus riscos, com a emissão de orientações e pareceres para aprimoramento de sua estrutura de gerenciamento de riscos em relação às deficiências constatadas, assegurando a mitigação do Risco de Contágio.

6.6.7. Risco de Conformidade (*Compliance*)

O risco de conformidade (*compliance*) é definido como a possibilidade de perdas financeira ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

O processo de estruturação da gestão de novos riscos é subdividido em cinco fases, conforme Manual Corporativo de Identificação de Riscos. Em dezembro de 2017, o CSGRC aprovou o *framework* de gestão do risco de conformidade (*compliance*). O aprimoramento do processo de gestão ocorrerá durante o ano de 2018.

O Banco aprovou o Programa de *Compliance*, que visa à gestão do risco de conformidade (*compliance*), com foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços, possibilitando ainda melhoria na prevenção de atos ilícitos, desvios de conduta e danos à reputação, resultando em redução de perdas financeiras. Fundamenta-se nos pilares Prevenção, Detecção e Correção, com os seguintes orientadores:

- a) apoio da Alta Administração – tom do topo;
- b) avaliação de riscos;
- c) Código de Ética, Normas de Conduta e Política de Compliance;
- d) treinamento e comunicação;
- e) monitoramento regulatório;
- f) due diligence;
- g) controles internos;
- h) canais de denúncias; e
- i) investigações internas e gestão das consequências.

7. Programa de Testes de Estresse

O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB)⁵ define o Teste de Estresse como uma avaliação da posição financeira do banco sob condições adversas ou severas, porém plausíveis de ocorrer. Assim, o modelo de teste de estresse adotado pelo Banco do Brasil tem por objetivo testar a resiliência diante da possibilidade de ocorrência de eventos adversos ou extremos, podendo ser macroeconômicos ou idiossincráticos.

Para tanto, o BB realiza exercícios de teste de estresse considerando:

- a) Teste de Estresse por Categoria de Risco: testes de estresse utilizados na gestão de cada risco, considerando suas especificidades; e
- b) Teste de Estresse Integrado (TEI): teste de estresse baseado em cenário único de condições macroeconômicas adversas ou severas ou em cenário idiossincrático, conforme o caso, aplicável de forma integrada às variáveis de risco, às variáveis de negócios e seus impactos nos resultados, no Patrimônio Líquido (PL) e nos indicadores de capital da Instituição.

Para que o exercício cumpra seu objetivo, são utilizadas premissas que produzam situações extremas, embora plausíveis, capazes de gerar resultados em que os requisitos de solvência sejam extrapolados.

Ressalte-se que, para a realização do TEIC, o Banco utiliza cenários de estresse corporativos, aprovados pela alta administração, que definem a intensidade dos diferentes choques.

O uso do teste de estresse como ferramenta de gestão visa prover a avaliação prospectiva dos riscos, com o objetivo de avaliar a aderência ao grau de apetite a riscos do Banco, subsidiar o desenvolvimento de planos de contingência e de processos de mitigação de riscos e dar suporte aos processos de planejamento de capital e de liquidez.

⁵ *Principles for sound Stress Testing practices and supervision (mai/09).*